



Índice

- 01** [Funai instala Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas](#)
- 02** [Livro registra imagens de um dos últimos povos indígenas contatados da Amazônia](#)
- 03** [Yvy Katu: comunidade Guarani Ñandeva sofre pressões diante de prazo definido por ruralistas](#)
- 04** [Governo discute preservação e sustentabilidade de áreas indígenas](#)
- 05** [Eucalipto: comunidades quilombolas entram com ação civil no MP](#)
- 06** [Grilagem de Terras Indígenas em Porto Alegre – RS](#)
- 07** [“Ainda se morre de fome no Brasil”](#)
- 08** [Grupo de trabalho da ONU diz que povos indígenas têm direitos violados por atividades econômicas](#)
- 09** [Brasil Afora: Vitória-PE abre as portas para quilombola vencer preconceito](#)
- 10** [Aumenta tensão entre guaranis e fazendeiros no MS](#)
- 11** [Ufes vai abrir curso só para os indígenas](#)
- 12** [“Nossa reserva é uma bomba relógio”, alerta vereador indígena](#)
- 13** [Mensagem Final: Encontro dos bispos responsáveis pela Pastoral Indígena](#)
- 14** [Governo brasileiro é denunciado em Comissão Internacional de Direitos Humanos](#)



- 15** Repetindo, porque é importante: "Desvelando falácias em teses anti-indígenas do latifúndio no Brasil", por Cléber Buzatto
- 16** Indígena pinta faixa de pedestre em memória às vítimas de trânsito de RR
- 17** Nota de esclarecimento às informações divulgadas sobre as ocupações indígenas no município de Japorã
- 18** Seminário Indígena reúne etnias e discute o ingresso na UFOPA
- 19** Índios Guarani temem derramamento de sangue iminente
- 20** II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais: "Entre a Implementação, Ameaça e Retrocesso Constitucional" – Chamada de trabalhos
- 21** A canoa do tempo, por José Ribamar Bessa Freire
- 22** CIR divulga Nota de Apoio a Paulo Daniel, representante do Cimi no CISI, e conclama indígenas a denunciarem as irregularidades da Sesai
- 23** Mineração em terras indígenas: Deputado tenta transformar seminário de 2008 em consulta prévia
- 24** Ameaça clara no S enado: "Se no dia 30 de novembro nada for feito para dar segurança e paz à região, haverá derramamento de sangue"
- 25** Caminhões com madeira retirada de terra indígena são apreendidos em Aripuanã, MT
- 26** Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris



-
- 27** Dilma tenta reforçar discurso ambiental com fundo de compensação para índios
 - 28** FMASE: fórum discute relação entre índios e setor elétrico
 - 29** Câmara de Ilhéus discute conflitos entre índios e produtores
 - 30** Exploração de riquezas em terras indígenas é tema de audiência na CMA
 - 31** Empresas apresentam experiências em encontro sobre questão indígena no Rio de Janeiro
 - 32** Museu Paraense Emílio Goeldi divulga dossiê Línguas Indígenas
 - 33** Menores e indígenas disputam lixo
 - 34** Oficina de Artesanato Indígena da FCMS capacita moradores de aldeia de Paranhos
 - 35** Agricultores quilombolas ganham reforço no processo produtivo
 - 36** Moradias do Quilombo da Tapera são entregues

Funai instala Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

SÍTIO FUNAI, 31.10.2013



Foto: ©Mário Vilela/Funai

O Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (CG-PNGATI), foi instalado no último dia 30 de outubro, em Sobradinho (DF). O Comitê Gestor foi criado e é o órgão de governança da PNGATI responsável pela coordenação, execução e monitoramento da Política.

Neste mesmo dia os titulares e suplentes foram empossados, com o mandato de dois anos e a secretaria executiva está a cargo da Fundação Nacional do Índio.

Na mesa de abertura estavam presentes os membros titulares e suplentes do CG-PNGATI, representantes de instituições parceiras da sociedade civil, órgãos do Governo e servidores da Funai. A presidenta interina da Funai, Maria Augusta Assirati, reforçou que a instalação do Comitê representa a continuidade do processo participativo e interinstitucional que culminou na PNGATI. Segundo Maria Augusta ainda há alguns desafios a serem enfrentados pelo Comitê recém instalado, um deles é pensar coletivamente o processo de implementação da Política reafirmando o papel dos indígenas na política de conservação ambiental do país, "As terras indígenas são áreas protegidas fundamentais no nosso país, elas são imprescindíveis na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade e os povos indígenas são os protagonistas desse nível de conservação que o Brasil atinge, graças às essas áreas".

Para Paulo Guilherme Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e membro do Comitê, o processo de construção da PNGATI é bastante singular, dado a sua forma de construção democrática e participativa, "A PNGATI não está isolada, ela faz parte de um conjunto de políticas de direito que devem estar assegurados aos povos indígenas e faz com que outros atores do Governo e da sociedade se envolvam efetivamente no processo, a fim de garantir a sustentabilidade ambiental e cultural das terras indígenas". O Secretário também pontuou as iniciativas já consolidadas pelo ministério e a Funai em âmbito de formação em PNGATI e apontou algumas possibilidades de financiamento para as ações de implementação da Política via PPTAL, Fundo Clima, Fundo Amazônia e outros.

Também presente ao evento o presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio), Roberto Vizentin, provocou os membros do Conselho a pensar em situações conflituosas, vivenciadas hoje nas áreas protegidas (terras indígenas, áreas quilombolas, reservas extrativistas (RESEX),

CONT.



etc), sendo o fortalecimento da PNGATI peça fundamental para enfrentar essas conjunturas. O presidente citou exemplos de RESEX e Terras Indígenas que estão sofrendo pressão externa devido ao modelo avassalador da agropecuária de extensão que segundo ele destrói o meio ambiente, "Nem sempre as políticas públicas são realmente correspondentes para de fato fazer com que povos indígenas e populações tradicionais, possam ter um modo de relação com a natureza de base sustentável. Por isso a PNGATI é tão importante".

A fala dos representantes indígenas ficou a cargo de Uilton Tuxá, membro do Comitê e coordenador geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Tuxá enfatizou o desejo dele de que a PNGATI seja de fato uma política de Estado que desenvolva ações abrangentes a todos indígenas do país, descentralizando financiamento e atividades para que povos, como os do Bioma Caatinga, também sejam beneficiados e destacou que, "a PNGATI é fruto de um trabalho em conjunto e que pela primeira vez na história, temos uma política pública para o Estado, construída com os índios".



Apresentação das reuniões prévias e informes gerais

Ainda durante a manhã foi exibido um vídeo que reúne depoimentos e informações relatando o histórico da discussão da Política, a implementação e principais desafios. Houve também a apresentação dos resultados das reuniões preparatórias dos membros do Comitê Gestor, que aconteceram no dia anterior, com o objetivo de levantar propostas para o Regimento Interno e Plano de Trabalho.

A tarde houve informes gerais, balanços e discussões sobre ações do Projeto Gati, as estratégias de implementação da PNGATI e os cursos de formação. Também houve uma apresentação do site da PNGATI, que entra no ar oficialmente a partir do dia 15 de dezembro, quando será lançado o portal da Funai.

CONT.



A programação da 1ª Reunião do CG-PNGATI se encerra nesta quinta-feira (31/10). O foco principal da pauta é a discussão da minuta do Regimento Interno do Comitê e as diretrizes para o Plano de Trabalho.

Veja abaixo a lista dos titulares e suplentes que compõem o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas(CG-PNGATI)

Representantes Indígenas (8)

COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Titular - Mário Nicácio
Suplente - Jacqueline Alves dos Santos
Titular - Francisco Avelino Batista
Suplente - Marivelton Rodrigues Barroso

APOINME: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
Titular - Manoel Uilton dos Santos
Suplente - Marcos Alvilques Campos

ARPINSUL: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
Titular - Mauricio Gonçalves
Suplente - Adroaldo Antonio Fidelis

ARPINSUDESTE: Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste
Titular - Timóteo da Silva
Suplente - Mario de Camilo

Aty Guasu/Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS
Titular - Ládio Veron
Suplente - Zacarias Rodrigues

APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Titular - Sonia Bone de Souza Silva Santos
Suplente - Lindomar Ferreira

Representantes do Governo (8)

Funai: Fundação Nacional do Índio
Titular: Carolina Schneider Comandulli
Suplente: Jaime Garcia Siqueira Jr

Titular: Thaís Dias Gonçalves
Suplente: Giovana Acacia Tempesta

Ministério da Justiça
Titular - Marcelo Veiga
Suplente - Teresinha Gasparin Maglia

Ministério do Meio Ambiente
Titular - Paulo Guilherme Francisco Cabral
Suplente - Larisa Ho Bech Gaivizzo

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Titular - Edmilton Cerqueira
Suplente - Marco Aurélio Pavarino

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Titular - Kátia Cristina Favilla
Suplente - Celiana Nogueira Cabral dos Santos

Ministério da Saúde
Titular: Antonio Leopoldo Nogueira Neto
Suplente: Maria Angélica Fontão

O que é PNGATI?

Instituída pelo Decreto presidencial 7.747/2012, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI, tem como objetivo principal promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nos territórios indígenas. Além disso, a iniciativa assegura a melhoria da qualidade de vida dos indígenas com condições plenas para a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações e garante a integridade do patrimônio material e imaterial desses povos.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Livro registra imagens de um dos últimos povos indígenas contatados da Amazônia
SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 31.10.2013

A publicação Zo'é, do fotógrafo paraense Rogério Assis, que será lançada no próximo dia 6 de novembro, em São Paulo revela imagens históricas de uma das últimas etnias indígenas contatadas da Amazônia

Os índios Zo'é habitam uma área de refúgio, entre os rios Cuminapanema e Erepecuru, no norte do Pará, e procuraram manter-se afastados tanto dos povos indígenas vizinhos, que consideram inimigos, quanto dos brancos, que conheciam por meio de contatos intermitentes. São considerados um dos últimos povos "intactos" na Amazônia.

O contato com os brancos iniciou-se em 1987 e a partir daí eles saíram de sua condição de isolamento. (Saiba mais). As doze aldeias da Terra Indígena Zo'é mudam periodicamente de lugar dentro da área, respeitando o ciclo de produtividade de cada uma delas, preservando o meio ambiente e conservando a característica seminômade desse povo.

Com larga experiência em retratar povos indígenas amazônicos, Assis, que iniciou sua carreira em 1988, trabalhou em grandes jornais e foi fotógrafo correspondente da Folha de S. Paulo. Seu novo livro será lançado no próximo dia 6/11, quarta-feira, entre 18h e 20h, no Tijuana, Galeria Vermelho, à Rua Minas Gerais, 350, em São Paulo, SP.





Yvy Katu: comunidade Guarani Ñandeva sofre pressões diante de prazo definido por ruralistas

SÍTIO CEDEFES, 31.10.2013

Sob a justificativa de protesto pacífico, desde terça-feira, 29, cerca de 120 ruralistas estão acampados próximos à ponte que dá acesso ao tekoha – lugar onde se é – Yvy Katu, municípios de Japorã e Iguatemi, Mato Grosso do Sul, do povo Guarani Ñandeva.

Sob a justificativa de protesto pacífico, desde terça-feira, 29, cerca de 120 ruralistas estão acampados próximos à ponte que dá acesso ao tekoha – lugar onde se é – Yvy Katu, municípios de Japorã e Iguatemi, Mato Grosso do Sul, do povo Guarani Ñandeva. Os ruralistas chegaram ao local na data prometida como limite à adoção de medidas próprias para caso o governo federal não apresentasse proposta concreta (leia aqui) sobre o “litígio de terras” no estado.

Tal proposta parece não ter chego. Todavia, as comunidades indígenas também aguardam medidas do Poder Público: “Há dez anos que aguardamos a homologação de Yvy Katu. Todo o procedimento demarcatório está completo”, declara Valdemar Guarani Ñandeva. A liderança lembra que este ano o Tribunal Regional da 3ª Região (TRF-3) negou pedido de reintegração de posse de uma das áreas do tekoha. “Não estamos invadindo nada. A terra é de nosso povo”, afirma Valdemar. A presença dos ruralistas, porém, preocupa a comunidade.

A liderança resgata na memória episódio similar ocorrido em 2005, retratado no filme Sementes de Sonhos (assista aqui). Na ocasião, ruralistas e fazendeiros alegaram protesto pacífico na mesma ponte para uma tentativa de expulsão dos Guarani Ñandeva do território. Desarmados, os indígenas tentaram impedir a passagem se posicionando na frente dos fazendeiros, que atiraram ferindo alguns indígenas. Os Guarani Ñandeva iniciaram uma reza e logo após ela ter início uma tempestade de vento e trovões afastou os invasores.

Passados oito anos, a história se repete. Representantes do Ministério Público Federal (MPF) estiveram no local para averiguar a situação. Por enquanto não foram registrados conflitos, mas conforme as lideranças alguns fazendeiros ameaçam adotar medidas para retirar os Guarani Ñandeva de áreas retomadas, localizadas na terra indígena pronta a ser homologada. “Estamos preparados para defender nosso povo e nossa terra”, pontua Valdemar.

O governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e da Secretaria Geral da Presidência da República, tenta intermediar esta e outras situações de conflitos no estado através de uma mesa de diálogo, iniciada depois da morte de Oziel Gabriel Terena, pelas mãos da polícia, na

CONT.



Terra Indígena Buriti, em junho deste ano. Por enquanto, não há resultados objetivos, tanto no sentido de indenizar ocupantes de boa-fé de terras indígenas, quanto de garantir tais terras tradicionais aos povos indígenas.

Histórico

Cerca de 30 famílias Guarani Ñandeva retomaram no último dia 14 de outubro parte da Terra Indígena Yvy Katu, no município de Japorã (MS), fronteira com o Paraguai. No mesmo local, pouco mais de uma semana antes cerca de 30 famílias ocuparam outra área de 600 hectares, abandonada pelos proprietários há ao menos quatro anos, mas fora da posse dos indígenas. Com processo de demarcação praticamente finalizado – os marcos físicos que limitam a área já foram fixados – eles aguardam há 10 anos que a presidência da República assine o decreto de homologação da terra.

Iniciada há 29 anos, a demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, na qual Porto Lindo está incorporada, foi interrompida diversas vezes por recursos judiciais. Em 2003, para pressionar o governo e o judiciário, os indígenas realizaram a primeira retomada de seu território tradicional, expulsando não-indígenas de 14 diferentes fazendas na área reivindicada.

Em junho de 2005, o Ministério da Justiça editou uma portaria declarando a terra como de posse permanente do grupo, com área de 9,4 mil hectares. A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação pela Presidência da República, ato final da demarcação. Os indígenas ocupam, atualmente, 10% do total da área demarcada, por força de decisão judicial.

Em março deste ano, a Justiça considerou nulos os títulos de propriedade incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, atestando a validade do processo demarcatório da área.

Fonte: CIMI



Governo discute preservação e sustentabilidade de áreas indígenas

SÍTIO CEDEFES, 31.10.2013

O Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi instalado na manhã desta quarta-feira (30/10), no Centro de Formação em Política Indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Sobradinho (DF). O grupo foi criado para articular, acompanhar e monitorar ações e programas de apoio à implantação da Política, instituída por meio do Decreto nº 7.747, de 2012. O objetivo da PNGATI é promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

O Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) foi instalado na manhã desta quarta-feira 30/10), no Centro de Formação em Política Indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Sobradinho (DF). O grupo foi criado para articular, acompanhar e monitorar ações e programas de apoio à implantação da Política, instituída por meio do Decreto nº 7.747, de 2012.

O objetivo da PNGATI é promover e garantir a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural.

Representantes da Funai, da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Justiça, além de povos indígenas e sociedade civil, fazem parte do Comitê Gestor da PNGATI. Segundo o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Cabral, a PNGATI foi construída com grande participação dos povos indígenas e está baseada em sete eixos: proteção territorial e dos recursos naturais; governança e participação indígena; áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; prevenção e recuperação de danos ambientais; uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; propriedade intelectual e patrimônio genético; capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>



Eucalipto: comunidades quilombolas entram com ação civil no MP
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.10.2013

CEAS



Comunidades quilombolas Lagoa de Melquiades e Amâncio, Velame, Baixa Seca e Lamarão, do município de Vitória da Conquista-BA, entraram com uma Ação Civil Pública no Ministério Público da Bahia contra a G5 Agropecuária, empresa que atua na área de produção de carvão vegetal para a indústria de ferro-gusa, com fornos em várias fazendas espalhadas pelo Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.

A ação – resultado do Seminário Monocultura de Eucalipto, realizado em novembro de 2012, pelo Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia - visa defender as comunidades atingidas pelo uso indiscriminado de agrotóxico nas plantações de eucalipto, bem como conter a contaminação do solo e água da região e o desmatamento provocados pelo avanço dessa plantação.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Grilagem de Terras Indígenas em Porto Alegre – RS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013



Frente Nacional Quilombola – A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas-RS denuncia a grilagem de terras tradicionais guaranis na zona sul da cidade de Porto Alegre, na Tekóia Pindó Poty, na Avenida Edgar Pires de Castro, no bairro Lami.

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Estado do RS forjou um BO em 2006 acusando os guaranis de invasão e após pediu Ação de Reintegração de Posse na Justiça Federal do RS. Denunciamos que uma federação de trabalhadores esteja sendo usada para oprimir uma comunidade originária que desde antes da década de 60 reside no local. A aldeia guarani do Lami é conhecida de toda população portoalegrense que a mais de quarenta anos adquire artesanato no local. Hoje o cacique Roberto Ramirez denunciou a JF-RS a grilagem das terras guaranis por um terceiro, chamado Arnaldo Rizado, alheio até mesmo ao processo que corre na JF-RS. Ele tem soltado os bois nas roças tradicionais, derrubado a mata para construir casas, impedido a coleta a caça e a pesca que são direitos constitucionais dos indígenas. Apresenta-se como dono do local dizendo ter adquirido da Federação.

Apoiamos a Comunidade Guarani no Lami

Demarcação física imediata e punição dos grileiros

Texto da denúncia protocolada hoje na JF-RS:

Ao Poder Judiciário Federal, seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Vara Federal Agrária e Residual de Porto Alegre.

Processo: 2006.71.00.030271-0

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Exm. Senhora Doutora Juiza Federal

Através desta denunciemos que um terceiro, estranho ao citado processo, tem soltado o gado nas matas e roças da Comunidade Guarani do Lami. Ele tem instalado cercas, construído casas, impedido a coleta e a pesca nos açudes e partes do rio que sempre pescamos, cortado eucalipto e feito lavoura. Que esse estranho é residente no Sítio Santo Antonio, no Beco do Cego (rua Mauro Vieira, 900) e chama-se Arnaldo Rizado e dizendo-se dono do local tem oprimido a comunidade e por isso pedimos providências urgentes no sentido de investigar e punir os culpados e reestabeecer nosso domínio sobre as terras tradicionais no Lami conforme a CF89 e legislação correlata (Convenção 169 da OIT).

Porto Alegre, 20 de outubro de 2013.

Comunidade Guarani no Lami – Tekoa Pindó Poty

Cacique Roberto Ramirez

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Jeferson Mendes.



"Ainda se morre de fome no Brasil"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013

Enquanto país se torna referência no combate à insegurança alimentar, há grupos em situação de vulnerabilidade, entre eles muitos indígenas

Camila Nobrega e Rogério Daflon - Canal Ibase

A chegada de uma mineradora a uma região próxima a um quilombo nos arredores da cidade de Goiânia mudou a rotina dos moradores. Eles sonharam com empregos, mas poucos se concretizaram. A disputa pela terra se acirrou, o espaço para plantar diminuiu. O jeito passou a ser comprar comida. Os modos de vida se alteraram, as relações foram atropeladas. E, como resultado, as comunidades vivem hoje uma nova tragédia: em troca de alimento, há famílias que oferecem até suas filhas a operários da mineração. A prostituição infantil passou a ser uma triste realidade no quilombo.

A denúncia foi feita recentemente no Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar (FBSSAN), em junho, pelo Grupo de Mulheres Negras Malunga. Desde então, de acordo com a organização, nada mudou e a situação só se agrava. O caso se perde em meio a outros que se multiplicam Brasil afora, invisíveis frente à euforia das estatísticas que mostram a redução da fome em nível nacional. Segundo a ONU para Alimentação e Agricultura (FAO), o número de 22,8 milhões de pessoas em 1992 com fome caiu para 13,6 milhões em 2012. A mudança foi significativa, pois, em 1990, 15% dos brasileiros passavam fome. Hoje, são 6,9%. Procurado pelo Canal Ibase, o MDS disse não ter os dados das áreas específicas onde há insegurança alimentar, sugerindo que se procurasse o IBGE.

Os dados recentes poderiam ser festejados, já que a economia brasileira é a sétima do mundo em termos de Produto Interno Bruto e, em alguma medida, isso se reverteu em mudança social. Mas, ao seguir à risca um modelo de desenvolvimento excludente, surge um anticlímax: o país se expõe a um vexame quando se verifica a persistência da fome em algumas regiões. O que vem à tona claramente sobre o tema é que o Norte e o Nordeste apresentam quadros de insegurança alimentar incompatíveis com a riqueza nacional. Nessa geografia da fome atual, existem territórios em que populações vivem situações gravíssimas, como afirma Francisco Menezes, pesquisador do Ibase e referência nacional no tema:

- Eu diria que os que estão em pior situação atualmente são os indígenas. Em muitas regiões, perderam suas terras (com a chegada da soja, cana, etc), foram muito violentados em sua cultura e vivem situações de calamidade, ao qual o Estado pouco ou nada contribui – diz Menezes, fazendo um contraponto à euforia das estatísticas.

CONT.



Na Terra Indígena Governador, no município de Amarantes, a 700 km da capital maranhense, o problema da fome está associado ao conflito com latifundiários do agronegócio e, consequentemente, à dificuldade de acesso à terra. Como o Brasil nunca consolidou uma reforma agrária de fato, há muitas comunidades abandonadas pela ausência de garantia do território pelo Estado. Segundo Joaquim Cardoso, morador da TI de Governador e membro do comitê gestor da Fundação Nacional do Índio (Funai), há muitos indígenas sofrendo por escassez de alimentos:

- A falta de acesso à terra no país é uma das causadoras da fome. Sem regularização de terras, o governo deixa que as batalhas continuem. Os pequenos, claro, continuam perdendo. Há índios na beira da estrada, sem ter onde plantar e sem dinheiro para comprar – contou Joaquim em entrevista ao Canal Ibase.

Nordeste é maior foco da fome no país

A situação dos índios só ganhou visibilidade com o anúncio de um possível suicídio coletivo dos Guarani-Kaiowa, um ano atrás. Mas a situação permanece inalterada lá e em muitos outros territórios indígenas espalhados pelo país.

A professora Sandra Maria Chaves dos Santos, da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, afirma que os dados dos últimos 20 anos deixam clara a diminuição da fome do país, mas isso não é justificativa, enfatiza ela, para deixar de combatê-la. Ela estuda o tema na região Nordeste e afirma que, em Sergipe, por exemplo, houve melhora. Mas a insegurança alimentar continua grave em outros estados.

- E como serão os resultados do próximo censo do IBGE em relação à fome, levando-se em conta que a seca da região já dura quase três anos? – ressalta ela.

No Vale do Jiquiriçá, a professora fez uma pesquisa com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e de um questionário socioeconômico. O resultado é que, de 2.002 domicílios, constatou-se insegurança alimentar em 70,3%, com predomínio da insegurança grave e moderada (36,0%) em nove municípios.

- Há que se chamar atenção quanto às estatísticas do Censo de 2010. Embora tenha havido uma redução importante da fome, o que se vê nos dados é a manutenção das desigualdades regionais. O problema é estrutural. Quanto menor o nível de escolaridade, por exemplo, maior é o risco de insegurança alimentar – diz ela.

No contexto atual, em que muitas populações estão na iminência de perder acesso à terra com a chegada de megaempreendimentos e a expansão do agronegócio, a situação se agrava. É o que afirma o coordenador-executivo da Action Aid Brasil, Adriano Campolina: – As obras de infraestrutura no Brasil estão gerando novas pobreza, com a expulsão das pessoas de seus locais de origem. Precisamos reverter isso, que também ocorre em função dos megaeventos esportivos: a Copa e as Olimpíadas.

CONT.



A presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Melo, diz que o desafio é frear esse processo.

- É preciso investir na agricultura familiar, no banimento do uso de agrotóxicos. Há um conjunto articulador de políticas que está diretamente relacionado à segurança alimentar. O alimento tem que ser visto como direito humano e não como mercadoria.

Para Maria Emília, a soberania alimentar ainda não foi alcançada no país. Isso, prevê a presidente do Consea, só ocorrerá quando todos os povos tiverem direito de estabelecer suas políticas do direito humano à alimentação.

- É preciso pensar a produção, a distribuição e o acesso ao alimento. E não adianta apenas comer, é preciso saber quais alimentos estão chegando à mesa dos brasileiros. O Brasil assiste neste momento, por exemplo, ao aumento do sobrepeso. E há casos que combinam subnutrição com sobrepeso devido à baixa qualidade dos alimentos.

Há pesquisadores que questionam, inclusive, se alguns alimentos superprocessados devem ser chamados de alimentos.

A professora Inês Rugani, do Departamento de Nutrição da Uerj, vê um aspecto dramático no país, que aparece também no programa Bolsa Família. Ela alerta que famílias cuja renda é mais baixa estão adquirindo o hábito de comprar alimentos processados, a fim de consumir produtos semelhantes aos da classe média.

- A qualidade da alimentação cai muito, e a consequência na saúde é direta, como o aumento da diabetes. Um grande exemplo são os refrigerantes. Os mais baratos são ainda mais nocivos do que os mais divulgados pela propaganda maciça.

As pessoas a que Rugani se refere ao menos são beneficiadas por políticas públicas, como o Bolsa-Família. Mas há aquelas que ainda sofrem de privação.

- Ainda se morre de fome no Brasil – afirma Francisco Menezes.

Grupo de trabalho da ONU diz que povos indígenas têm direitos violados por atividades econômicas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013

Da Agência Brasil



Desmatamentos na divisa Oeste da área Apinajé, no município de Tocantinópolis (TO). (foto: Antônio Veríssimo)

Brasília – Os governos e as empresas precisam atuar mais intensamente para prevenir a violação dos direitos de povos nativos afetados pelo extrativismo e pelas atividades dos setores agroindustriais e de energia, disse o presidente do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a Questão dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas, Pavel Sulyandziga.

No início desta semana, Sulyandziga entregou à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) o estudo Direitos Humanos e Corporações Internacionais e Outras Empresas Comerciais – disponível no site da ONU, em inglês - no qual informa que os povos indígenas

estão com dificuldade de manter seu modo de vida tradicional e ainda sofrem discriminação no emprego e no acesso a bens e serviços.

Segundo ele, o uso da terra e o deslocamento forçado são outros desafios enfrentados por esses grupos. “Essas perturbações muitas vezes levam a graves violações dos direitos civis e políticos, com defensores dos direitos humanos, particularmente, sendo colocados em risco. Os povos indígenas também são muitas vezes excluídos de acordos e processos de tomada de decisões que afetam suas vidas irrevogavelmente”, explicou.

O relatório do grupo destaca como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos podem esclarecer os papéis e as responsabilidades dos governos, das empresas e dos povos nativos na resolução desses problemas.

“Pedimos aos governos e às empresas para aumentar seus esforços para implementar os princípios orientadores. Isso inclui o dever do Estado de proteger os povos indígenas contra negócios relacionados aos abusos de direitos humanos e a responsabilidade corporativa de respeitar esses direitos e, onde os abusos ocorreram, garantir que as pessoas recebam a ajuda necessária para se recuperar”, disse Sulyandziga.

Edição: Davi Oliveira

Brasil Afora: Vitória-PE abre as portas para quilombola vencer preconceito
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013

Por Daniel Gomes, Globo Esporte



Vitória-PE abriu as portas para Guilherme dos Santos, o Escuro (Foto: Daniel Gomes)

Guilherme dos Santos é tímido. Quando conversa, poucas vezes mira quem está na sua frente, e o olhar se inclina sobre o chão. As respostas são rápidas, com poucas palavras. A timidez é facilmente notada, mas quando o tema é racismo, o jovem de 19 anos, natural da comunidade quilombola Chã dos Negros e volante da Acadêmica Vitória-PE, time que está nas semifinais da Série A2 do Campeonato Pernambucano, se transforma: fala com propriedade, embora desconheça as causas de esse tabu ainda existir. O preconceito racial sempre fez parte de sua vida. Tanto é que o jogador recém-profissionalizado nem é conhecido pelo próprio nome. O apelido é mais forte: Escuro.

Foi quando começou a se interessar em se tornar jogador profissional que Escuro esbarrou nas primeiras barreiras do preconceito. Certa vez, quando tinha 12 anos, foi jogar um campeonato na cidade de Passira, no agreste de Pernambuco, a convite dos amigos que fez em outros distritos próximos à comunidade quilombola onde mora. Topou na hora. Pagou a inscrição, mas logo depois foi alertado pelos próprios colegas de que não poderia mais jogar.

– Me disseram para pegar o dinheiro de volta, e eu não entendi nada. Aí eu insisti muito, e um deles acabou saltando. O dono do time lá que eu ia jogar não me queria porque eu era negro. Aceitei, peguei meu dinheiro, mas fiquei curioso para ver quem era esse cara – disse Guilherme, que se surpreendeu ao ver o responsável pelo fim do seu sonho: o senhor, que devia ter mais de 50 anos, também era negro.

CONT.



Clube da zona da mata de Pernambuco, foi o Vitória-PE que garantiu a continuidade de Guilherme no futebol. Também foi no time que o apelido "Escuro" surgiu. Depois de aprovado, ele descobriu que tinha um xará na equipe. Em um dos treinos da categoria juvenil, o treinador pediu para um dos atletas se chamar Guilherme para entregar-lhe o colete. Imediatamente, o menino retrucou: "Qual dos dois? O claro ou o escuro?".

Depois de muito relutar, Guilherme dos Santos adotou o apelido – o qual já considera uma marca. Escuro tem orgulho da cor e fala "pelos cotovelos" sobre a importância de valorizá-la. Tudo isso é fruto de uma educação baseada na cultura negra aprendida em Chã dos Negros. O local é uma das 1.500 comunidades quilombolas existentes no Brasil e foi certificada como tal pela Fundação Palmares e pelo Ministério da Cultura no dia 1º de março de 2004. Assim como as demais, Chã dos Negros foi criada como ponto de resistência de escravos fugitivos e ex-escravos e hoje tem a defesa e a promoção da cultura afro-brasileira como um de seus ideais. O local, formado por vários sítios, é chamado por Escuro de "minha casa".

Se Chã dos Negros é a primeira casa de Guilherme, a segunda é o Vitória-PE. O clube detém um único título: o de campeão da Série A2 do Campeonato Pernambucano (o equivalente à Segunda Divisão). Em 2009 e 2010, o time fez participações tímidas na elite do futebol local e ficou duas vezes em nono lugar. Em 2011, foi rebaixado, na lanterna. De volta à Série A2, fracassou na tentativa de um novo acesso e terminou em quinto lugar em 2012. A volta por cima pode ser dada este ano. Basta passar no mata-mata da semifinal contra o Timbaúba. Como duas equipes sobem, os dois finalistas vão para a Série A1 de 2014.

Escuro mora com a mãe, a irmã Jéssica Maria dos Santos, de 17 anos, e o sobrinho Dalvan Sales, de 12 anos. Ganha um salário mínimo no Vitória-PE, mas fica com pouco. Quase tudo que recebe, manda para a mãe. Assinou o contrato profissional neste ano, antes da disputa da Série A2 do Campeonato Pernambucano. Porém, foi justamente no início do ano que o sonho quase acabou. O menino tinha de trabalhar para ajudar em casa e cogitou desistir da vida de atleta. Só continuaria jogando se ganhasse por isso.



Maurílio é um dos que apostam no futebol de Guilherme (Foto: Lula Moraes)

- Eu dava meus pulos para ganhar dinheiro. Juntava areia para ajudar em algumas construções e cortava milho. Ganhava pouco. Dependendo do serviço, nem chegava a R\$ 50. Eu tinha que fazer algo. Até que o Maurílio (treinador do Vitória) quis contar comigo para jogar a Série A2. Eu pedi uma ajuda, e ele conseguiu que eu assinasse o contrato.

Maurílio, ex-atacante de clubes como Palmeiras e Grêmio na década de 90, ressalta as qualidades do garoto dentro e fora de campo.

- É um volante muito inteligente. É brigador dentro de campo e obediente taticamente, tanto que joga até de

CONT.

lateral-direito. Ele é adorado pelos companheiros por ser tratado como tem que ser, igual a qualquer um aqui. Se estiver bem, vai jogar. Se for mal, vai para o banco. A história dele é bacana, mas quero que ele renda dentro de campo.

Logo depois, em meio às brincadeiras, o comandante alertou.

- Você viu que ele está alisando o cabelo? Não está dando muito certo. O apelido dele aqui já é Zé Roberto (em alusão ao meia do Grêmio).

Preconceito de um lado, apoio materno de outro

Escuro nasceu em Passira porque em Chã dos Negros não existem hospitais. Nem farmácias há para quem precisa de um simples remédio de dor de cabeça. Logo após sua mãe receber alta, voltou ao sítio. O local faz jus ao título de comunidade remanescente de quilombos. Lá, a cultura negra é destaque e motivo de orgulho.

- Ainda hoje as tradições aqui estão vivas. Existe um grupo cultural de coco de roda, e a maioria das famílias ainda vive da atividade agrícola. Ainda lutamos para deixar vivas as raízes da nossa cor – disse Maria Martins, tia de Escuro e uma das líderes do centro cultural de Chã dos Negros.



Comunidade quilombola onde Guilherme nasceu é desprovida de farmácias e hospital; no local, a cultura negra é honrada e respeitada em memória de milhares de ex-escravos (Foto: Daniel Gomes)

Há apenas uma escola em Chã dos Negros, onde Escuro estudou até a quinta série. Depois disso, ele teve que ir para o distrito de Bengalas, que também faz parte de Passira, para terminar o ensino médio. Na sua comunidade – onde vivem pouco mais de 300 pessoas –, o futebol existe e resiste. Há apenas um campinho de traves de madeira, com um capim ralo apenas nas laterais. Era lá que a diversão se dava durante todo o dia depois das aulas.

CONT.

- Vinham meninos de outros sítios próximos jogar aqui. A gente também ia para outros sítios. Muita gente jogava. Era só o que eu fazia, de tarde e de noite. Não tinha muito o que fazer se não fosse isso – relatou Guilherme.

Antes de se encaixar no Vitória-PE, Guilherme chegou a deixar Chã dos Negros para tentar a sorte na capital, defendendo o Náutico, após ser aprovado com outros dois garotos em uma peneira realizada na cidade de Limoeiro, distante 22 quilômetros de Chã dos Negros. Não ficou por muito tempo, pois, segundo ele, “a saudade de casa era grande”. Não se adaptou, mas queria insistir.



Guilherme tem na mãe uma de suas principais incentivadoras no futebol (Foto: Daniel Gomes)

Embora conte algumas histórias, Escuro não se alonga. Diz que escondeu vários episódios de preconceito da mãe, Maria Júlia dos Santos, 58 anos, para não entristecê-la. E também acredita que ela esconde dele alguns casos parecidos. Diz não ligar para o racismo que acontece dentro das quatro linhas. Para Escuro, é uma forma de desestabilizá-lo dentro do jogo – e só. Fora de campo, é diferente. Machuca. Até hoje ele não esquece quando, na sexta série, um colega de turma o chamou de macaco.

Ele, que perdeu o pai quando tinha 10 anos, tem sua mãe como maior referência. Ao participar de uma entrevista pela primeira

vez ao lado do filho, Maria Júlia se derreteu em lágrimas.

- Só Deus sabe o que eu passei por ele. Tudo para nós continua sendo difícil, e ele tem que dar o dobro para mostrar que é merecedor. Eu acreditei no sonho dele – disse a mãe em prantos ao lado do filho, que segurou as lágrimas.

Uma coisa ainda incomoda Escuro: o fato de o Brasil não possuir tantos técnicos negros. Para ele, existe explicação.

- Tudo de ruim que acontece com um time, culpam o técnico. Talvez muita gente não esteja preparada para criticar treinadores negros e pode deixar um preconceito velado aparecer. As críticas podem ser mais pesadas. Afinal, treinador é um cargo de chefia, né? Isso, poucos negros têm.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ulysses Levi.

Aumenta tensão entre guaranis e fazendeiros no MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013

Por Marilu Cabañas, RBA



Fazendeiros do Mato Grosso do Sul marcaram para a tarde desta sexta-feira um protesto na estrada MS-386, na ponte que liga os municípios de Japorã e Iguatemi, contra ocupações de indígenas guaranis ñandeva (se lê nhandéva) na região onde fica o tekoha (se lê tekôrrá) Yvy Katu. Representantes de entidades ruralistas afirmam que existe o risco iminente de "banho de sangue". Em nota, a Aty Guasu anuncia a ameaça de morte coletiva, genocídio e dizimação de indígenas no Mato Grosso do Sul.

[Ouça toda a reportagem e entrevista com o líder Tonico Benites, da Aty Guasu](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Ufes vai abrir curso só para os indígenas

SÍTIO GAZETA ON LINE, 01.11.2013

Leonel Ximenes | lximenes@redegazeta.com.br

Até abril do ano que vem, o reitor da Ufes, Reinaldo Centoducatte, vai mandar para o MEC o projeto definitivo de um curso de licenciatura voltado para os indígenas. O curso vai formar professores indígenas, de nível superior, para atuar nas tribos. Atualmente, só existem professores deste segmento com formação para o ensino fundamental e médio.

A vez das cotas

Outra proposta que já está sendo discutida pela universidade é a instituição de política de cotas, em todos os cursos, para os indígenas. Segundo o deputado Claudio Vereza (PT), que está acompanhando de perto essa questão, daqui a dois anos as cotas indígenas devem ser implementadas na Ufes.

Gabriel Lordêllo



"Nossa reserva é uma bomba relógio", alerta vereador indígena

SÍTIO CEDEFES, 1.11.2013

"Nossa reserva é uma bomba relógio", alerta vereador indígena no MS

Baseado na situação de fragilidade que se encontram os indígenas da região, o vereador Aguilera de Souza, afirma: "Dourados é uma bomba relógio que está prestes a explodir". Durante entrevista ao Dourados Agora nesta quinta-feira, o parlamentar que vive na reserva indígena destacou que a área, além de ser carente de uma boa estrutura, também é pequena para abrigar todos os seus moradores.

"A reserva indígena de Dourados tem cerca de 3.500 hectares e uma população de aproximadamente 15 mil moradores. O espaço está ficando pequeno, principalmente por causa do índice de natalidade, já que por ano, pelo menos 500 nascimentos são registrados. Desse modo, dentro de pouco tempo, viver naquele local ficará insustentável se não houver mudanças urgentes", comentou.

Ele explica que a ampliação das aldeias, bem como o fornecimento de recursos para que a comunidade possa se tornar independente para produzir e tirar o próprio sustento, por exemplo, são soluções viáveis, mas que esbarram na morosidade das autoridades políticas que levam anos para tomar alguma atitude. "Não adianta a realização de vários estudos, se nenhum deles é posto em prática", destacou.

"A reserva carece de creches, postos de saúde, escolas e inúmeros outros órgãos e entidades que poderiam atuar como agentes transformadores. Para se ter uma ideia, têm indígenas que pagam aluguel para morar na aldeia. Isso mostra a que pontos chegamos, sem mencionarmos a questão da violência, que tem sido um dos principais problemas enfrentados por nosso povo. Se nada for feito, em alguns anos teremos de fato, uma guerra civil entre indígenas e o homem branco, principalmente produtores rurais", disse.

Coordenadoria de Assuntos Indígenas

Recentemente foi implantado o projeto de criação de uma Coordenadoria de Assuntos Indígenas ligada ao poder executivo, de autoria de Aguilera, que também é presidente da Associação de Vereadores Indígenas de Mato Grosso do Sul. A coordenadoria foi instalada dentro da reserva indígena e tem ajudado a comunidade a sanar alguns problemas emergenciais, como por exemplo, as condições ruins das estradas.

"A coordenadoria atua em vários âmbitos e busca entender quais são as demandas das comunidade, e com base nisso, desenvolver projetos e encaminhá-los às autoridades, para que

CONT.



algo seja feito. Tem sido uma esperança para o povo, pois logo de início, já conseguimos colocar alguns planos em prática, como o cascalhamento das principais vias que cortam as aldeias. Sabemos que há muito para ser feito”, comentou.

Invasões

Sobre as invasões de propriedades que têm sido registradas recentemente em diversas áreas do Estado, como em Sidrolândia, Iguatemi, Amambai, Caarapó e Dourados, Aguilera enfatiza: “não é invasão, é reocupação, já que estudos históricos apontam que essas áreas pertenceram aos ancestrais das atuais gerações. Os índios têm conhecimento suficiente para saber quais são e quais não são suas terras; eles não ocupam locais que não os ‘pertencem’ por direito. Se a Justiça brasileira não fosse tão lenta, todos esses problemas já estaria solucionados”.

Ele explica que a atitude de ocupar as terras não é o meio mais eficaz, mas lembra que por enquanto, tem sido o único a chamar a atenção da sociedade. “Se apropriar de uma fazenda não resolve, mas entendo que meu povo está desesperado em busca da terra prometida. Nessa trajetória vários pais viram seus filhos morrerem de fome, sem nenhuma dignidade. Sempre que converso com outros indígenas eu ressalto que nós não devemos ser inimigos dos produtores, mas sim, junto com eles, cobrar do Governo medidas que possam beneficiar os dois lados; nessa luta por terras não pode haver apenas um vencedor, todos têm que receber o que é de direito”, concluiu.

Fonte: Renan Nucci, Dourados Agora



Mensagem Final: Encontro dos bispos responsáveis pela Pastoral Indígena
SÍTIO CIMI, 1.11.2013

CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE
Bogotá, Colômbia, de 14 a 18 de Outubro de 2013.

“A vida se manifestou; nós a vimos e testemunhamos, e anunciamos a vocês”.

Queridos irmãos Bispos responsáveis pela Pastoral Indígena da América Latina e do Caribe e todos aqueles que prestarem seu serviço evangelizador entre os Povos Originários.

1. Um grupo de bispos encarregados como vocês da Pastoral Indígena em sua Igreja particular, pudemos participar da reunião convocada pelo Departamento de Cultura e Educação do Conselho Episcopal Latino-americano, CELAM, em Santa Fé de Bogotá, Colômbia; entre os dias 14 a 18 de Outubro de 2013. Recebam todos nossas cordiais e fraternas saudações, a todos(as) recordamos e a todos(as) acompanhamos com nossa oração.

Durante estes dias, de um compartilhar fraterno de intensas reflexões e da viva experiência de nos sentirmos guiados pelo Espírito do Senhor, antes de mais nada damos graças a Deus pelos muitos pastores, missionários, missionárias e agentes da pastoral que souberam caminhar ao longo destes mais de cinco séculos de evangelização, com os Povos Originários, e não poucas vezes, com verdadeiro heroísmo foram escritas páginas de nossa história de grande sabedoria e de verdadeira santidade. Agradecemos com profunda admiração a quantos hoje em dia, com igual heroísmo, seguem seus passos.

2. Reconhecer o caminho percorrido nos permite evidenciar o muito que nos falta percorrer, e inclusive os riscos de nos desviarmos do caminho. Hoje em dia os povos indígenas estão ameaçados em sua existência física, cultural e espiritual; em seu modo de vida, em sua diversidade e em seus territórios e projetos. Algumas comunidades indígenas se encontram fora de suas terras, porque estas foram invadidas e destruídas, ou não possuem terras suficientes para desenvolverem suas culturas. Sofrem graves ataques em sua identidade e sobrevivência, pois a globalização econômica e cultural põe em perigo sua própria existência como “povos diferentes”. A migração forçada pela perda de suas terras e territórios está influenciando profundamente na mudança de costumes, de relações e inclusive de religião, (cf. DAp, n. 90).

3. Constatamos ao mesmo tempo que está surgindo e se fortalecendo entre os Povos Indígenas uma mais clara consciência do que eles são, de seus valores e de que “são a primeira raiz da

CONT.



identidade latino-americana e caribenha”. Não cabe dúvida: as populações indígenas emergem agora na sociedade e, quiçá, com maior presença na Igreja. Este é um kairós, um tempo de graça que urge e apressa o encontro da Igreja com estes âmbitos humanos que reivindicam o reconhecimento pleno de seus direitos individuais e coletivos, e de serem considerados na catolicidade da própria Igreja, com sua cosmovisão e seus valores étnicos e culturais. A Igreja de Pentecostes, a de todos os Povos, necessita deles. O futuro de nossa Igreja da América Latina e do Caribe não estaria assegurado sem a determinante contribuição dos Povos Originários.

A variedade e riqueza das culturas latino-americanas desde as mais originárias até aquelas que com o passo da história e com a mestiçagem de nossos povos foram sedimentadas nas nações, são chamadas a convergir em uma síntese capaz de nos orientar a um destino histórico comum (cf. DAp, n. 43). Estamos convencidos de que é o anúncio de Cristo e a esperança Nele, apesar das escuras sombras e de inegáveis causas de deterioro, o que dá fisionomia a esta nossa Pátria Grande; não devemos deixar de ser o Continente da Esperança.

4. No momento de aprender da história, mestra de vida, constatamos que o limite ou o erro que acompanhou o nosso trabalho em favor dos Povos Indígenas foi o de considerá-los, quiçá exclusivamente, como destinatários de nossa ação, e muito pouco, como verdadeiros interlocutores, isto é, como autênticos sujeitos e atores responsáveis de sua história e de seu desenvolvimento integral que tão atinadamente foi descrito por Paulo VI, como “o passo para todas e cada uma das condições de vida menos humanas a condições mais humanas” (PP, n. 20).

Chegou a hora para que a autêntica conversão pastoral exigida por nossos pastores em Aparecida, nos leve a nos aproximarmos dos Povos Originários com imenso respeito, como nossos interlocutores, trabalhando com eles, não tanto para eles, e não só como colaboradores, mas como primeiros responsáveis de seus projetos e de seu destino.

5. Ampara-nos nesse “novo” modo de nos aproximarmos e de acompanhar os Povos Indígenas, a convicção que a ação da Igreja foi presidida, sempre e em todo âmbito humano, pela ação salvífica da graça divina. O Verbo foi sempre “a Luz que ilumina todo homem que vem a este mundo” (Jn 1,9).

A Missão não deve ser vista só como a atividade da Igreja, mas principalmente como colocar a própria Igreja à disposição da ação salvífica de Deus-Trinidade. Esta envolve a humanidade desde sempre, já que Deus nunca deixou de amar a sua criatura. Isto foi expresso de modo surpreendente pelo Beato Papa Juan Paulo II, quando em 1992 chegou a Veracruz, México, que é o porto pelo qual chegaram os primeiros missionários à nossa América. Ali nos disse: “antes de chegarem os missionários, Deus já amava infinitamente os ameríndios”.

Ter esta verdade presente, dá a todas as nossas atividades de discípulos-missioneiros um “estado de espírito” humilde, de serviço amoroso, e nunca de conquista; trata-se de se colocar à disposição da ação salvífica, humanizadora de Deus, que sempre nos precede.

CONT.



6. Iluminados por estas reflexões e convicções, percebemos necessário formular e oferecer umas indicações concretas com a esperança de que possam orientar os diferentes organismos eclesiais que em nosso Continente estão assumindo a Pastoral Indígena.

a) Urge refletir sobre o futuro que corresponde aos Povos Originários. Pedimos particularmente ao CELAM que nos ajude a visualizar este desafio e nos mostre os caminhos que assegurem a identidade, o reconhecimento e a autonomia de nossos povos indígenas.

b) Vemos a necessidade de uma maior estima e acolhida para o fato da pluriculturalidade de nosso Continente e da tão necessária interculturalidade.

c) Corresponde-nos estimular e promover a etno-estima dos Povos Originários.

d) Manter com renovado esforço nossa opção preferencial e evangélica pelos pobres e marginalizados como consequência, acrescentar e aprofundar a presença missionária e pastoral entre as populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório, apoiando-as em seus esforços para se chegar a uma justa distribuição da terra e da água.

e) Colocar o documento de Aparecida ao alcance de todos, que tanta amorosa atenção concede aos povos originários e que nossos Pastores, em sintonia com o espírito de Aparecida, assumam com mais valentia a necessária dimensão profética da própria fé, denunciando as injustiças e ataques à dignidade dos indígenas.

f) Que o Departamento do CELAM responsável pela Pastoral Indígena, contacte e coordene os diferentes organismos, grupos apostólicos e equipes que nas várias igrejas locais de América Latina e do Caribe assumem a atenção pastoral e missionária dos Povos Originários, para um trabalho de informação, de estímulo e de coordenação.

g) Urge orientar os esforços da Missão Continental visando a um estado permanente de missão, dirigida às "periferias" de nossas sociedades onde se encontram os povos indígenas. A fidelidade da Igreja ao Cristo que veio evangelizar os pobres (cfr. Lc 4,16) encontra sua garantia na medida em que ela opte valente e generosamente por estas periferias dos últimos de nosso Continente.

h) É necessário que se infunda o amor preferencial aos povos indígenas a partir dos anos de formação dos futuros presbíteros assim como dos agentes da pastoral dedicados a eles.

i) É de grande utilidade conhecer os diferentes organismos extra-eclesiais que trabalham em favor dos povos indígenas com o fim de alcançar uma possível cooperação e um trabalho conjunto.

j) Buscar caminhos de cooperação e de integração com as pastorais afins como, por exemplo a Pastoral Afro.

k) Seguir apoiando o estudo e o conhecimento da espiritualidade, da sabedoria e cosmovisão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

dos Povos Originários. A esse respeito, informamos que durante nosso encontro foi feito o lançamento do livro *O sonho de Deus na criação humana e no cosmos*, que é uma produção do IV Simpósio Latino-Americano de Teologia Índia (2011).

Pedimos à Maria, a Mãe do Senhor, Maria dos muitos títulos da América Latina e do Caribe, todos os esforços que nossa Igreja está levando adiante com nossos irmãos e irmãs Indígenas. Foi Maria quem pôde unir as diferentes histórias latino-americanas numa história compartilhada: aquela que conduz ao Cristo, Senhor da Vida, em quem se realiza a mais alta dignidade de nossa comum vocação humana.

Com nossa renovada e fraternal saudação, nos encomendamos a sua oração.

Desde Santa Fe de Bogotá - seus irmãos e Pastores:

Dom Pablo Varela Server – Panamá
Presidente do Departamento de Cultura e Educação – CELAM
Dom Walter Pérez – Bolívia
Dom Victorino Girardi – Costa Rica
Dom Guillermo Francisco Escobar – México
Dom Carlos Enrique Herrera – Nicarágua
Dom Lucio Alfert – Paraguai

Tradução: Luciana Gaffrée

Governo brasileiro é denunciado em Comissão Internacional de Direitos Humanos
SÍTIO CIMI, 1.11.2013



A semana termina com graves denúncias internacionais ao governo brasileiro. Em Washington, capital estadunidense, povos indígenas e quilombolas, além de organizações de direitos humanos e indigenista, relataram as violações cometidas contra populações originárias e tradicionais durante audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OAS). Na Organização das Nações Unidas (ONU), mais denúncias e recomendações ao governo.

O presidente do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a Questão dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas, Pavel Sulyandziga, entregou à Assembleia Geral da ONU o estudo Direitos Humanos e Corporações Internacionais e Outras Empresas Comerciais no qual informa que os povos indígenas estão com dificuldade de manter seu modo de vida tradicional e sofrem discriminação.

“A história demonstra que a efetiva demarcação de nossos territórios é o único meio eficaz de se solucionar o estado de violência. Nenhum programa de proteção do governo irá efetivamente proteger a minha vida e de meus parentes enquanto não se repara esta dívida histórica”, declarou Genito Gomes Guarani-Kaiowá durante audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na última quarta-feira.

Liderança Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, Genito esteve ao lado de José Carlos Oliveira Neto, presidente da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, e juntos denunciaram as ameaças e intimidações de que são vítimas devido a luta em defesa do direito ao território. Representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), FIAN (Nacional e Internacional) e Justiça Global também estiveram na audiência.

“É cada vez mais preocupante, e evidente, que para o Estado brasileiro as demandas econômicas e os interesses de uma política desenvolvimentista agroextrativista exportadora estão, a todo custo, acima do que petreamente foi protegido pela Constituição Federal Brasileira de 1988”, disse Flávio Vicente Machado, coordenador do Cimi em Mato Grosso do Sul.

CONT.



Na ONU, Sulyandziga alertou: "Pedimos aos governos e às empresas para aumentar seus esforços para implementar os princípios orientadores. Isso inclui o dever do Estado de proteger os povos indígenas contra negócios relacionados aos abusos de direitos humanos e a responsabilidade corporativa de respeitar esses direitos e, onde os abusos ocorreram, garantir que as pessoas recebam a ajuda necessária para se recuperar".

Leia as falas de Genito Guarani-Kaiowá e Flávio Vicente Machado, durante sessão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na íntegra:

Genito Gomes Guarani-Kaiowá

Eu me chamo Genito Gomes, pertencço ao segundo maior povo indígena do Brasil, os Guarani e Kaiowá. Há séculos habitamos as terras que hoje compreendem o sul do estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Somos mais de 45 mil pessoas confinadas em pequenas reservas. Minha aldeia se chama Guayviry e sou membro do Conselho do Aty Guasu, nossa grande assembleia indígena. Devido ao que vou relatar, toda minha comunidade foi incluída no programa de proteção de defensores do Governo Brasileiro.

Sou sobrevivente de uma das dezenas de histórias de ataques que meu povo sofreu nestes últimos 40 anos. Meus antepassados foram expulsos de seu tekoha (território tradicional) na década de 50, por fazendeiros recém-chegados, e desde então nos refugiamos em pequenas reservas criadas com o objetivo de acabar com a nossa cultura e nos transformar em carai (não índio).

Por isso, nasci fora do meu tekoha, mas cresci ouvindo o sonho dos meus avós e pais de voltar um dia ao nosso território, pois é lá que estão enterrados nossos antepassados, lá estão os seus espíritos e é lá que precisamos rezar por eles.

Foram várias as tentativas que fizemos de retornar para o nosso território, mas todas elas terminadas em ataques e expulsões novamente.

Meus pais sempre foram unidos no sonho de viver novamente em nosso território, mas em 2009, minha mãe, Odulia Mendes, Nandesy, grande rezadora do meu povo, morreu sem ter o seu sonho.

Meu Pai, confiante na solução constitucional, assinou o TAC que obrigava o governo a demarcar nossos territórios tradicionais.

No entanto, em 2011, temendo que também ele morresse antes de termos o nosso território de volta, retomamos parte dele no dia 01 de novembro. Crianças, jovens e adultos começamos a construir nossos barracos, no resto de mata que ainda resiste de nosso antigo território, hoje com o nome de Fazenda Nova Aurora e Ouro Verde. Mas 17 dias depois fomos atacados covardemente por pistoleiros e fazendeiros armados. Todos corremos para a mata, era tiro para todo lado. Meu pai estava com meu irmão e suas netas, os pistoleiros foram direto no seu

CONT.



barraco e com tiro de grosso calibre o assassinaram. Seu corpo foi tirado do colo de meu irmão e jogado sobre uma caminhonete. Nunca mais o vimos, passados quase 2 anos ainda estamos de luto, porque não conseguimos enterrá-lo e fazer as orações necessárias em nossa cultura.

Assim, decidimos que todos nós iríamos morrer em nosso tekoha de Guayviry, fizemos cartas enquanto a notícia da morte do meu pai percorria o mundo e o governo brasileiro afirmava que ele estava vivo, fazendo meu povo passar por mentiroso diante de tamanha dor que já estávamos sentindo. Meu irmão, Valmir, testemunha ocular do assassinato, foi tratado como criminoso, mentiroso. Somente depois de quase 1 ano é que a Polícia Federal começou a descobrir que a nossa verdade era de fato o que havia ocorrido naquele triste dia. Fazendeiros, pistoleiros, advogado, empresários, presidentes de sindicatos rurais, tiveram mandado de prisões decretados por terem assassinado meu pai. Mas hoje, já estão quase todos soltos, respondendo em liberdade e a exemplo de outra grande liderança de meu povo assassinado em 1983, Marçal de Sousa, podem até ter seus crimes prescritos uma vez que a Justiça brasileira para nós índios mostrou-se parcial.

Passados quase dois anos ainda não encontraram o corpo de meu Pai. Somos ameaçados por todos os lados, pois minha comunidade resiste no território que é nosso e que agora carrega também o sangue do meu pai. Igual a ele, outra quinzena de lideranças Guarani-Kaiowá foram assassinadas nestes últimos 10 anos. Todos os assassinos destas lideranças estão soltos.

A demora em demarcar definitivamente nossas terras resulta anualmente em mais mortes para meu povo. E para piorar, nos últimos anos, o governo brasileiro vem negociando nossos direitos, principalmente os territoriais.

Minha vida está ameaçada, assim como dos povos indígenas no Brasil, porque o Estado brasileiro vem se mostrando incapaz no que há de mais básico numa democracia, o cumprimento de sua própria constituição. Negocia nossas vidas uma vez que: não demarca nossos territórios; age em conluio com os interesses do agronegócio na tentativa de alterar a legislação indigenista vigente; permite a invasão e ilegal exploração de nossos territórios por não índios; demora décadas para julgar ações judiciais que envolvem a nossa posse dos territórios tradicionais.

Por fim, a história demonstra que a efetiva demarcação de nossos territórios é o único meio eficaz de se solucionar este estado de violência. Nenhum programa de proteção do governo irá efetivamente proteger a minha vida e de meus parentes enquanto não se repara esta dívida histórica.

Flávio Vicente Machado, coordenador do Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Sr. Presidente, ainda que para o restante do mundo seja "evidente" os avanços econômico brasileiros, queremos afirmar que os custos agregados a isto escondem graves desigualdades, violações de direitos humanos e a omissão de um Estado que vem se mostrando incapaz de fazer cumprir sua própria Constituição Federal. Ao mesmo tempo em que o Brasil é classificado

CONT.



entre as sete maiores economias do mundo, vemos a amargura dos 40% mais pobres comporem a 3ª maior desigualdade social do planeta, conforme apontou relatório de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esta realidade é resultado de uma histórica política, onde os governantes, de maneira geral, primaram pelo benefício próprio através da corrupção, a concentração de renda em uma pequena porcentagem da população, em detrimento ao interesse coletivo, e o crescimento inclusivo da nação.

Neste cenário, os povos indígenas são os mais vulneráveis, concentrando os mais diversos tipos de violações de direitos humanos, indígenas e territoriais.

É cada vez mais preocupante, e evidente, que para o Estado brasileiro as demandas econômicas e os interesses de uma política desenvolvimentista agroextrativista exportadora estão, a todo custo, acima do que petreamente foi protegido pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

Confrontamo-nos, por isso, com uma violência estrutural que, tanto ontem como hoje, vem no bojo do sistemático não cumprimento da legislação indigenista decorrente, por sua vez, do entendimento de que sua efetivação inviabilizaria o desenvolvimento do país. Portanto, na atual conjuntura política brasileira, mais do que nunca os povos indígenas são considerados um entrave para o desenvolvimento do País. Ao Estado interessa apenas as suas terras.

No tocante as violências contra a pessoa humana, gostaria de destacar a situação dos Kaiowá e Guarani, tido como a pior do país e provavelmente uma das mais trágicas do mundo, em se tratando de povos indígenas.

Nos últimos 10 anos, os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul registraram 317 casos de assassinatos de indígenas contra 247 no restante do País. Isto dá uma média de 56% do total de casos. Só em 2012, Mato Grosso do Sul concentrou 61% dos casos de assassinatos de indígenas no Brasil. O Ministério Público Federal (MPF) afirma que a taxa de homicídio entre os Guarani-Kaiowá é de 145 mortes por 100 mil pessoas, enquanto a média nacional é de 24,5/100mil, 5,5 vezes menor.

Segundo o Distrito Sanitário de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, órgão ligado ao Ministério da Saúde, nos últimos 13 anos cerca de 611 Kaiowá e Guarani se suicidaram em Mato Grosso do Sul, uma média de 1 caso por semana. 70% dos casos eram jovens entre 15 e 27 anos.

Especialistas afirmam que ambas situações estão ligadas diretamente a situação territorial. Afinal trata-se do segundo maior povo indígena do País, 45 mil pessoas, confinadas efetivamente em reservas que não chegam a 40 mil hectares somados.

Os Guarani e Kaiowá, nestes últimos 10 anos, registraram a maior quantidade de lideranças assassinadas na luta pela terra no Brasil. Foram pelo menos 15 casos cujos inquéritos policiais

CONT.



investigativos caminham a passos lentos e seus assassinos soltos, reforçando a concepção de que matar indígenas é justificável num contexto desenvolvimentista.

Por fim, é importante dizer que mesmo diante de funesta realidade, o Estado brasileiro, em seus poderes, vem negociando os direitos dos povos indígenas, consequentemente suas terras, vidas e futuro.

Principalmente quando:

- 1- O Poder Executivo se omite em cumprir com a Constituição Federal e demarcar todos os territórios indígenas reivindicados no país. Estima-se que apenas 1/3 das terras esteja regularizado;
- 2- No poder judiciário impera uma morosidade criminoso no julgamento dos processos judiciais envolvendo a disputa por terras que ultrapassa décadas. Enquanto comunidades submetidas à crises humanitárias são obrigadas a sobreviver às margens de rodovias;
- 3- O poder legislativo, hoje com ampla maioria de deputados e senadores que compõem a bancada ruralista, tentam por diversos projetos de leis alterar, enfraquecer ou mesmo extinguir direitos historicamente conquistados por estes povos.

Sr. Presidente, o que vemos emergir no Brasil atual, ora por omissão, ora por participação, é um estado de exceção no tocante a proteção e efetivação dos direitos constitucionais dos povos indígenas e seus modos próprios de vida. O não cumprimento dos parâmetros constitucionais, neste caso, configura-se como ato genocida.

Repetindo, porque é importante: "Desvelando falácias em teses anti-indígenas do latifúndio no Brasil", por Cléber Buzatto
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2.11.2013



Por Cleber Buzatto, do Cimi, publicada por Combate em 13/09/2013

No processo de ataque sistemático contra os povos indígenas e seus direitos, além da violência física, executada por meio de assassinatos seletivos de líderes indígenas e expulsões extrajudiciais de comunidades por grupos paramilitares, o velho latifúndio, no intuito de manter e ampliar a posse e a exploração das terras tradicionais destes povos, tem feito uso de diferentes instrumentos legislativos e administrativos, bem como, de teses diversas por meio das quais buscam justificá-los.

Quanto aos instrumentos de ataque, se tem falado, dentre outros, sobre as Propostas de Emendas Constitucionais números 038/99, 215/00 e 237/13, o Projeto de Lei 1610/96, o Projeto de Lei Complementar 227/12, as Portarias 419/11 e 303/12 e o Decreto 7957/13.

Em relação às teses anti-indígenas, embora estejam sendo usadas de forma exaustiva pelos inimigos dos povos indígenas, a ponto de tornarem-se críveis a alguns cidadãos, são fundamentalmente falaciosas e não resistem a uma análise minimamente criteriosa.

CONT.



Neste sentido, sem pretensão de exaurir o tema, elencamos sete destas teses, buscando identificar e explicitar suas fragilidades fáticas, apontando questões que julgamos importante para entendermos as reais motivações subjacentes às mesmas.

Tese Anti-indígena número 1: Demarcações de Terras Indígenas beneficiariam interesses internacionais

Com esta tese os ruralistas visam desqualificar a luta dos povos pelos seus territórios e, com isso, legitimar e atrair o apoio da população brasileira ao ataque e violências que realizam contra os povos indígenas no Brasil.

Ao mesmo tempo, criam uma cortina de fumaça por meio da qual tentam encobrir o fato de que é o próprio agronegócio e seus ascetas que efetivamente servem aos interesses internacionais no campo. O que realmente ocorre é que:

O latifúndio, o agronegócio e os ruralistas estão a serviço dos "interesses internacionais". Todas as fases deste setor, desde a produção (sementes, máquinas agrícolas, adubos químicos, agrotóxicos), passando pela industrialização, comercialização e exportação são controladas por empresas multinacionais, que enviam os altos lucros advindos da exploração do território brasileiro para suas matrizes sediadas fora do Brasil.

A título de exemplificação, citamos algumas das principais transnacionais e respectivos países sedes beneficiadas pelo latifúndio e pelos ruralistas no Brasil: a Monsanto, a Archer Daniels Midland Company – ADM, a Cargil, New Holland Machine Company (Estados Unidos), Bunge (Holanda), Bayer e Basf (Alemanha), Syngenta (Suíça), Louis Dreyfus Commodities (Franco Inglesa), Raízen (Cosan – Brasil e Shell – Estados Unidos), Del Monte Fresh Produce Company" (Ilhas Cayman)

Além disso, é de conhecimento público e notório que milhões de hectares de terras no Brasil vêm sendo adquiridos, sem qualquer tipo de controle, por empresas particulares e governos de diversos outros países.

A produção do latifúndio ruralista é subsidiada com recursos públicos e voltada essencialmente à exportação de commodities. Esta exportação é feita sem o pagamento de qualquer tipo de imposto (Lei Kandir). Por isso, para a imensa maioria da população brasileira, o latifúndio deixa como herança apenas o ar poluído pelos agrotóxicos importados, muitos dos quais proibidos noutros países, e o câncer resultante, que se alastra sem controle atacando diariamente milhares de cidadãos e cidadãs brasileiras.

A demarcação de terras indígenas impõe limite a este círculo vicioso de lucro externo por meio da exploração do território brasileiro. É por isso que as organizações do agronegócio e os políticos eleitos com o financiamento de transnacionais, a Confederação Nacional da Agricultura e a bancada ruralista no Congresso atacam com tanta virulência os direitos territoriais dos povos indígenas no Brasil.

CONT.



A demarcação de terras indígenas beneficia os interesses do povo brasileiro. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União (Constituição Federal Capítulo II, Artigo 20, Parágrafo XI). As mesmas destinam-se à posse permanente e usufruto exclusivo dos povos indígenas (Constituição Federal Capítulo VIII, Artigo 231, Inciso 2º.), cidadãos brasileiros de pleno direito.

Tese anti-indígena número 2: os indígenas são manipulados por ONGs, Cimi e CPT

Trata-se de uma tese fundamentada em pensamento preconceituoso, discriminatório e racista. Por meio desta tese os setores anti-indígenas visam essencialmente deslegitimar a luta e o direito dos povos e criminalizar organizações e pessoas que lhes apóiam.

Os povos indígenas são sujeitos de seus projetos de vida, de suas histórias pessoais e coletivas. Todas as pessoas de boa-fé que conhecem os povos indígenas no Brasil são sabedores de que os mesmos são capazes, pensam por si, tomam e assumem as consequências de suas próprias decisões.

Tese anti-indígena número 3: está em curso uma “onda” de demarcações no Brasil

Trata-se de uma tese de cunho alarmista e totalmente desvinculada do que efetivamente vem ocorrendo no Brasil.

O governo Dilma é o que menos demarca terras indígenas desde a ditadura militar. Enquanto a média anual de terras homologadas no governo FHC foi 18 e no governo Lula 10, com Dilma essa média caiu para apenas 05 homologações.

Os inimigos dos povos indígenas usam esta tese na perspectiva de conseguir uma moratória absoluta nas demarcações, enquanto atuam para promover mudanças na Constituição Federal, por meio da PEC 215/00, por exemplo, no intuito de inviabilizá-las definitivamente.

Tese anti-indígena número 4: a demarcação de terras deve ser aprovada pelo Congresso Nacional por este “representar o povo brasileiro”

Os ruralistas querem inviabilizar toda e qualquer demarcação de terras indígenas no Brasil. Almejam rasgar a Constituição por meio das PECs 215/00 e 38/99, a fim de terem nas próprias mãos o poder para não demarcar terras indígenas; não titular terras quilombolas e não criar novas unidades de conservação ambiental de terras indígenas no Brasil.

É de conhecimento público que o sistema político eleitoral vigente no Brasil, que permite o financiamento privado ilimitado a candidatos e candidatas, produziu um desequilíbrio profundo na representatividade do Congresso Nacional. E é exatamente a representação ruralista a mais desequilibrada. Os altos financiamentos proporcionados inclusive por multinacionais fez com

CONT.



que os grandes latifundiários, mesmo sendo menos de 0,3 % da população brasileira, conseguissem eleger e ser representados por cerca de 40% dos deputados federais.

Por isso, passar o poder de demarcação de terras indígenas para o Congresso Nacional significaria, na prática, o cancelamento definitivo do reconhecimento e demarcação destas terras.

Tese Anti-indígena número 5: haveria “muita terra para pouco índio” no Brasil

Trata-se de uma tese generalista fundada num pressuposto equivocado que considera “o índio” como um ator social uno, quando na realidade o que existe são povos distintos, com organização social, costumes, línguas, crenças e tradições específicas que, juntamente com suas terras tradicionais, são devidamente reconhecidas pela Carta Magna (conforme Constituição Federal Capítulo VIII, Artigo 231). De acordo com o censo 2010 do IBGE, existem no Brasil 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas distintas, com uma população de 896,9 mil indivíduos.

Por meio desta tese, os ruralistas tentam encobrir o fato de que existem muitos povos indígenas no Brasil vivendo sem terra, acampados e sendo atacados, há décadas, em beiras de rodovias, em diversas regiões do país.

A fatídica tese desconsidera totalmente o fato de que 98,47% da extensão de todas as terras indígenas demarcadas estão localizadas na Amazônia brasileira e que, portanto, apenas 1,53% localizam-se nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e estado do Mato Grosso do Sul. Em estados como o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul, por exemplo, onde milhares de indígenas vivem em acampamentos às margens das estradas, o percentual de terras na posse dos indígenas é de, respectivamente, 1,26% e 0,4%. Espaço irrisório e evidentemente insuficiente para a vivência física e cultural dos povos. Uma situação de total desacordo com os ditames constitucionais vigentes.

Tese anti-indígena número 6: os procedimentos de demarcação seriam conduzidos de forma exclusiva e parcial pela Funai

Esta tese é usada pelos inimigos dos povos indígenas especialmente na perspectiva de justificar mudanças no procedimento de demarcação, também com a finalidade de inviabilizar o reconhecimento do direito dos povos às suas terras.

Ao analisarmos a legislação vigente no país, no que tange a matéria, percebemos com facilidade as deficiências e falácias da afirmação. Senão vejamos:

A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios é uma determinação Constitucional (Constituição Federal Capítulo VIII, Artigo 231). O procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas é legalmente previsto e regulamentado pelo Decreto 1775/96.

CONT.



Além da Funai, outros órgãos federais participam do procedimento. A Advocacia-Geral da União (AGU), por meio de seus procuradores federais, lotados nas diferentes instâncias de governo, analisa e oferece pareceres em diversas fases do procedimento, desde o próprio órgão indigenista, passando pelo Ministério da Justiça, pela Casa Civil e a própria Presidência da República. Além disso, também é prevista a participação de estados e municípios no procedimento, ato regulamentado pela portaria 2498/11, do Ministério da Justiça.

O relatório circunstanciado de identificação e delimitação de uma terra indígena é um estudo técnico-científico. É produzido por profissionais legalmente habilitados, reunidos em equipe multidisciplinar, coordenado por um antropólogo, que conta também com a participação de historiador, ambientalista, topógrafo e técnicos indicados por governos estaduais (conforme Artigo 2º. §1 a 7 Do decreto 1775).

A redação do referido relatório é regida pela portaria nº 14/96 do Ministério da Justiça.

O procedimento de demarcação garante o direito ao contraditório a todos os interessados. Desde o início dos estudos, até noventa dias após a publicação do relatório circunstanciado, todos os interessados podem manifestar-se, apresentando razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório. (Conforme Artigo 2º § 8º do decreto 1.775/96).

Mesmo assim, a continuidade do procedimento depende de decisão do Ministro da Justiça que, para tanto, possui três alternativas possíveis. A primeira, aprovar os estudos e publicar a portaria Declaratória da tradicionalidade da respectiva terra indígena. A segunda, pedir novas informações sobre o caso. A terceira, sob justificativas plausíveis, não aprovar os estudos. (Conforme Artigo 2º § 10º do decreto 1.775/96).

Tese anti-indígena número 7: os não-índios, ocupantes das terras indígenas, seriam expulsos "sem nada", sendo jogados à "beira das estradas", "com uma mão na frente e outra atrás"

Por meio desta tese, que também não corresponde à realidade, os ruralistas tentam sensibilizar e jogar a sociedade envolvente contra os povos indígenas.

O fato é que todos os ocupantes de boa-fé, ou seja, aqueles que ocuparam a terra sem saber que se tratava de uma terra indígena têm o direito à indenização por todas as benfeitorias construídas, tais como, casas, galpões, cercas, pastagens, árvores frutíferas, áreas florestadas, em valores de mercado, atestados por técnicos especializados. Da mesma forma, tem o direito a reassentamento de forma prioritária, pelo INCRA, em módulos agrários das respectivas regiões (Conforme Artigo 4º. do Decreto 1775).

Isso evidentemente exige que se questione a concentração fundiária brasileira, com a necessária desapropriação de terras do latifúndio. Fato inexistente na atual conjuntura, uma vez que o governo Dilma, no primeiro semestre de 2013, não desapropriou nenhum imóvel

CONT.



rural para fins de reforma agrária ou para reassentamento de ocupantes não-índios de terras indígenas no Brasil.

Além disso, todo o ocupante de “boa-fé”, portador de títulos de propriedades de terra concedidos pela União ou pelos estados federados, podem ser indenizados por estes títulos. Para tanto, basta que o responsável pela emissão dos títulos – a União ou os respectivos estados federados – reconheça o equívoco administrativo cometido em desfavor dos ocupantes e proceda a devida indenização.

Quanto aos ocupantes de “má-fé”, ou seja, que invadiram a terra sabendo que se tratava de terra indígena, logicamente não devem ser indenizados. Por terem cometido esbulho e exploração de patrimônio público e coletivo, que sabidamente não lhes pertencia, deveriam indenizar a União e os povos indígenas.

A história brasileira demonstra que o latifúndio e os latifundiários nunca tiveram e não tem qualquer tipo de limite no país. Está mais do que na hora da sociedade brasileira impor um limite necessário a estes insaciáveis sujeitos. A democracia no Brasil certamente será muito grata por isso.

Indígena pinta faixa de pedestre em memória às vítimas de trânsito de RR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2.11.2013

Mozarildo Taurepang, de 36 anos disse que também já foi vítima do trânsito. Neste dia 2 de novembro é celebrado o Dia de Finados.



Indígena pintando a faixa de pedestre. Foto: Laudinei Sampaio

Por Valéria Oliveira, do G1 RR

O indígena Mozarildo Taurepang, de 36 anos, resolveu pintar uma faixa de pedestre, neste sábado (2), Dia de Finados, em memória às pessoas que morreram em acidente de trânsito em Boa Vista. Segundo ele, que também é professor, a ideia é mostrar que com apenas três litros de tinta branca é possível salvar vidas.

Taurepang destacou que foi vítima do trânsito em 2006, e em consequência disso ele perdeu o movimento no pé direito, além de ter ficado com sequelas na perna. "Por imprudência, na época fiquei dois meses internado e até hoje sofro as consequências disso", lembrou.

Com a iniciativa, Taurepang ressaltou que pretende chamar a atenção das autoridades para a sinalização, fiscalização e educação no trânsito da capital. A avenida que ele escolheu para fazer a pintura fica em frente uma escola no bairro Jardim Floresta, zona Oeste da capital. No local, não há placa indicando a faixa de pedestre nem redutores de velocidade.

Mozarildo Taurepang também já foi vítima de trânsito (Foto: Valéria Oliveira/ G1)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

O indígena lembrou ainda que a manifestação simbólica deve servir para que os acidentes de trânsito não se tornem parte do dia-a-dia da população e nem sejam vistos como acontecimentos normais. "Não podemos deixar que graves acidentes caiam no esquecimento das pessoas. Quero evitar que pessoas passem pelo que eu passei", frisou Taurepang.

Como sinalização de que estava trabalhando em cima da faixa de pedestre, o homem colocou um cartaz com a frase 'Desculpe o transtorno estou salvando vidas'.

Nota de esclarecimento às informações divulgadas sobre as ocupações indígenas no município de Japorã

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2.11.2013



Yvy Katu – Foto: Paulo Pereira

Por Funai Ponta Porã

A Fundação Nacional do Índio esclarece que, fundamentada no relatório da Polícia Federal, são enganosas as declarações feitas na imprensa regional, de que as recentes ocupações indígenas no município de Japorã tenham provocado danos às instalações das propriedades rurais.

Entre os dias 25 e 28 desse mês, foram identificadas nove ocupações indígenas no município de Japorã, sul de Mato Grosso do Sul, não havendo nenhum registro de incêndio de casas ou quaisquer construções nessas nove áreas. Ao contrário do que foi divulgado na imprensa, apenas um feixe de lenha foi queimado, sem quaisquer consequências danosas.

A Funai informa ainda, que não existe nenhum registro oficial de que haja ou tenha havido reféns durante e após as ocupações e que não há registro de não-índios feridos. A situação está sendo acompanhada pela Polícia Federal e por uma equipe da Funai de Ponta Porã e de Iguatemi e nas propriedades rurais ocupadas está sendo possível dar continuidade ao trabalho na lavoura durante o dia, com o acompanhamento da Polícia Federal. Parte do gado das fazendas já foi retirado e a Funai está trabalhando, junto a Polícia Federal, para que a retirada dos animais restantes das áreas ocupadas seja feita de forma rápida e pacífica.

Na fazenda São Jorge, foi registrada ação de segurança privada, munida de arma de fogo, contra os indígenas que ainda ocupam a área. Ninguém ficou ferido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

A Terra Indígena Yvy Katu compreende 9.494 hectares de área declarada, fundamentada em estudos antropológicos e perícia judicial, que identificaram a presença da etnia Guarani Kaiowá no local, no período da colonização da região. A chegada dos colonizadores significou a expulsão dos indígenas de seu território tradicional em meados de 1928. O processo de homologação da Terra Indígena Yvy Katu foi interrompido sucessivas vezes por recursos judiciais e se estende por 29 anos. Na semana passada, o Ministério Público Federal requereu, através de ação civil pública, a ocupação definitiva pelos indígenas, da terra Yvy Katu e pediu o bloqueio imediato de R\$ 3.218.028,17 dos cofres da União para a indenização à Agropecuária Pedra Branca, que usufrui de parte da área onde está localizada a terra indígena.

A Fundação Nacional do Índio repudia as informações enganosas divulgadas e informa que, como órgão federal, age nos trâmites legais, sem qualquer influência sobre as ocupações. O trabalho de assistência social e luta pelos direitos dos povos indígenas é desenvolvido de acordo com a legislação brasileira vigente.

Ponta Porã, 30 de outubro de 2013

Fundação Nacional do Índio



Seminário Indígena reúne etnias e discute o ingresso na UFOPA
SÍTIO AMAZÔNIA, 2.11.2013

Mais de 80 lideranças indígenas de diversas etnias que vivem em toda região Oeste do Pará participaram na última segunda e terça-feira, dia 28 e 29, no prédio anexo ao Campus Amazônia da UFOPA, do Seminário Indígena da instituição, evento que discute formulações de diretrizes para o edital do Processo Seletivo Especial 2014, voltado para os candidatos indígenas.

O Prof. Dr. José Oliveira Aquino, pró-reitor de Ensino de Graduação, deu as boas-vindas aos indígenas presentes e durante a abertura destacou o processo contínuo de melhoria e atendimento às demandas sociais da Universidade. Logo em seguida, a Profa. Dra. Luciana Carvalho, representante da comissão coordenadora do PSE 2014, apresentou a pauta do seminário, que também discutiu as condições de permanência do estudante indígena no ensino superior, a proposta de oferta de cursos de licenciatura interculturais e do curso de Etnodesenvolvimento.

Desde o ano de 2011, a UFOPA realiza processo seletivo exclusivo para candidatos indígenas, e atualmente 125 indígenas estudam na Universidade. Para Poró Borari, liderança da etnia Borari, e estudante do 3º semestre do curso de pedagogia da UFOPA, a participação das lideranças indígenas é importante para a melhoria das políticas afirmativas para o ingresso do indígena na universidade. "Precisamos participar desses momentos para discutir qual associação pode expedir a declaração de que o candidato é realmente indígena e qual a logística necessária para a nossa permanência na Universidade", defende Poró Borari.

Após a sistematização e análise das pautas levantadas no seminário, a UFOPA deve lançar o edital do PSE/UFOPA 2014, previsto para ocorrer no mês de dezembro, e as provas, que ocorrerão em duas fases, em janeiro de 2014. A novidade é que, este ano, as inscrições e provas também serão realizadas nos câmpus da UFOPA em Itaituba e Oriximiná.

Fonte: UFOPA

Índios Guarani temem derramamento de sangue iminente

SÍTIO CEDEFES, 3.11.2013

Homem Guarani. Pistoleiros têm se posicionado em torno de uma comunidade Guarani, e disparado tiros.

Índios Guarani no Brasil temem um derramamento de sangue iminente, conforme pistoleiros conhecidos por terem assassinado lideranças indígenas nos últimos anos têm se posicionado ao redor deles, e disparado tiros.

Os Guarani têm relatado que os pistoleiros, da notória empresa de segurança, Gaspem, foram contratados por fazendeiros locais e se posicionaram em torno de 100 metros de distância dos índios.

Um homem Guarani no local disse à Survival, 'Isso é guerra. Os pistoleiros estão nos ameaçando e eles querem nos matar. Eles querem extinguir todos nós, mas isso não vai acontecer porque nós índios somos fortes e nossos líderes espirituais estão aqui. Queremos que o mundo saiba o que está acontecendo conosco.'



Os Guarani disseram que os pistoleiros são da notória empresa de segurança Gaspem, que tem sido classificada como uma 'milícia privada'. © Survival

Em setembro deste ano, o Ministério Público ordenou o fechamento da Gaspem, descrevendo a empresa como uma 'milícia privada ... que dissemina violência contra os Guarani-Kaiowá... através de pessoas brutais nominadas 'vigilantes'".

A violência segue uma recente retomada de uma parte da terra ancestral dos Guarani, que foi roubada deles para abrir caminho para uma fazenda de gado há quase 40 anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Cerca de 500 Guarani, da comunidade de Yvy Katu, voltaram a esta terra em outubro de 2013, incapazes de suportar mais as condições precárias que enfrentam no pequeno pedaço de terra onde tinham vivido desde 2004.

Milhares de Guarani no Brasil estão pressionando para que todo seu território ancestral seja devolvido a eles, um direito garantido pela Constituição do Brasil, mas o processo de demarcar sua terra está quase parado, forçando os Guarani a suportar desnutrição, doenças, violência e uma das maiores taxas de suicídio do mundo.

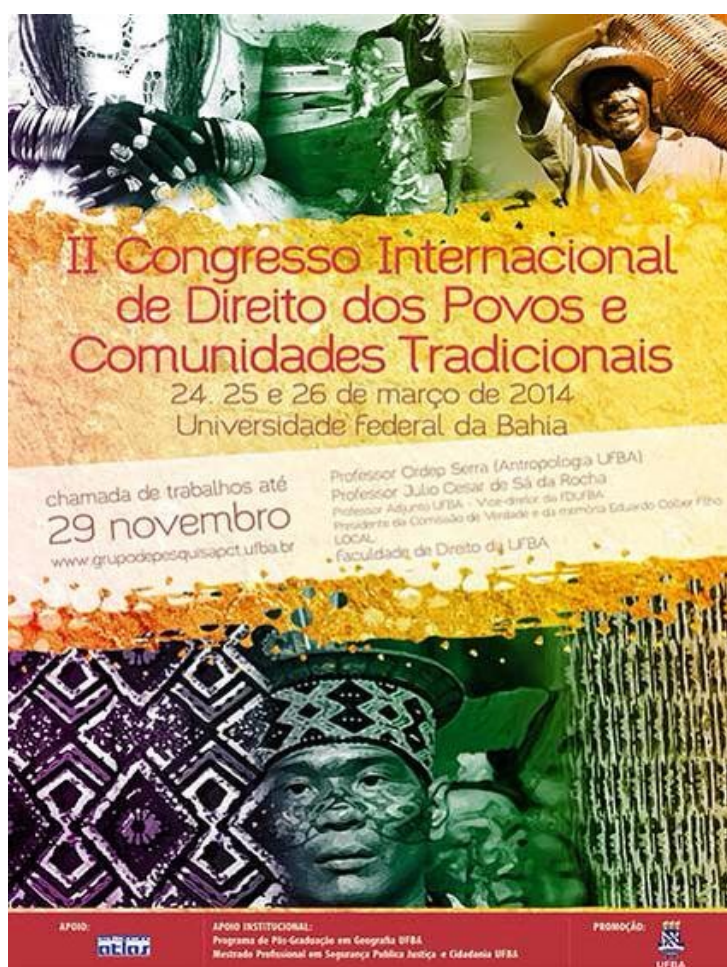
Muita terra Guarani foi transformada em vastas plantações de cana de açúcar a partir das quais empresas estrangeiras, como a gigante estadunidense, Bunge, compram cana.

Vários líderes Guarani foram mortos por pistoleiros após a sua reocupação de parte de suas terras.

Fonte: <http://www.survivalinternational.org/>



II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais: "Entre a Implementação, Ameaça e Retrocesso Constitucional" – Chamada de trabalhos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013



O II Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais – IICIDPCT-2014 apresenta-se como o espaço de diálogo, para o conhecimento sobre as pesquisas acadêmicas e as práticas do desenvolvimento, na efetivação de direito dos povos e comunidades tradicionais.

Nesta segunda edição, o congresso amplia a participação e diálogos de saberes com a realização de conferências, mesas temáticas e rodas de diálogos com a apresentação de trabalhos orais e pôsteres. Além do Circuito Cultural aberto ao lançamento de obras literárias, musicais, exposições, rodas de poesia entre outras atividades.

Pela sua amplitude, o IICIDPCT-2014 tem como objetivo garantir a roda de saberes entre as pesquisas acadêmicas, reconhecendo os povos e comunidades tradicionais como "Sujeito de Direitos" na defesa dos territórios tradicionais.

Assim, fica convidada a comunidade acadêmica nacional e internacional, os povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais, entre outros segmentos da sociedade a contribuir com suas pesquisas ou trabalhos nesta segunda edição, deste importante congresso.

CONT.



PROGRAMA

Os eixos temáticos e os procedimentos para apresentação dos trabalhos seguem abaixo:

1. EIXOS TEMÁTICOS

I – OBRAS DE GRANDE IMPACTO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

II – TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E AMEAÇAS DE RETROCESSOS CONSTITUCIONAIS

III – POVOS TRADICIONAIS E VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS

IV – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS SUJEITOS COLETIVOS DE DIREITO – AVALIAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

V – O TEMPO E ESPAÇO PARA A GARANTIA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

2. PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

2.1. Avaliação dos trabalhos

Os trabalhos, na íntegra, serão submetidos à seleção e avaliação realizadas pela Comissão Técnica-Científica do IICIDPCT.

2.2. Procedimento

Os trabalhos científicos para avaliação deverão ser enviados exclusivamente pela Internet, até às 24h (horário oficial de Brasília) do dia 29 de novembro de 2013, para o e-mail gphedufba@hotmail.com. O artigo a ser submetido deve estar no formato "pdf". Os trabalhos deverão ser enviados sem a identificação dos autores, segundo o Modelo do artigo. Para facilitar a formatação, disponibilizamos também o formato word e inclusão de todos os autores do trabalho os dados de filiação institucional.

<http://www.baixaki.com.br/download/pdf-creator.htm>

Cada autor poderá inscrever no máximo 2 (dois) trabalhos, sendo que a contagem do número de trabalhos não distingue autoria de co-autoria. Ressalva-se que cada trabalho deverá ser inédito e que o mesmo trabalho não poderá ser apresentado em mais de uma área temática. O número máximo de autores nos trabalhos é 5 (cinco).

É importante observar as instruções de formato dos trabalhos, pois previamente será realizada uma avaliação dos conteúdos, verificando o cumprimento da formatação exigida. Não serão aceitos arquivos infectados com vírus.

2.3 Prazos para envio dos trabalhos completos:

Até 29 de novembro de 2013 (primeira chamada) – Envio dos trabalhos/pôsteres completos.

Nota: O envio integral do trabalho implica no cadastramento on-line de participação.

2.4 Tipos de trabalhos a serem aceitos para o IICIDPT:

Trabalhos científicos, relatos de experiência e pôsteres.

CONT.



2.4.1 Formas de apresentação dos trabalhos:

Os trabalhos poderão ser apresentados na forma de comunicação oral ou pôster e a escolha deverá ser indicada no Formulário de Submissão de Trabalho, quando do envio.

2.4.2 Normas de padronização para o trabalho:

Todos os trabalhos a serem apresentados devem contemplar as exigências das Normas de Apresentação Tabular do IBGE e das seguintes normas da ABNT:

NBR 6022:2003 – Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa. Apresentação;

NBR 6023:2002 – Informação e documentação: elaboração de referências;

NBR 6024/2012 – Numeração progressiva das seções de um documento;

NBR 6028:2003 – Resumo (Tipo Informativo);

NBR 10520:2002 – Informação e documentação: citações em documento Apresentação.

2.4.3 Trabalhos técnico-científicos, relatos de experiência e resumos expandidos

2.4.3.1 Formato

a) os trabalhos técnico-científicos deverão conter de 9 a 15 páginas, incluindo anexos, tabelas e gráficos;

b) os relatos de experiência deverão conter de 7 a 10 páginas, incluindo anexos, tabelas e gráficos;

c) os resumos expandidos deverão conter de 2 a 4 páginas, incluindo anexos, tabelas e gráficos;

d) digitado em papel tamanho A/4, na versão 6.0 ou posterior do editor de texto Word for Windows, fonte Arial, 12;

e) tabelas e gráficos na mesma versão (fonte Arial, corpo 11);

f) entrelinha e espaçamento de 1,5 cm;

g) margens superior e esquerda de 3 cm; margens inferior e direita de 2 cm;

h) paginação: inserir número de páginas no rodapé com alinhamento ao lado direito;

i) notas: devem ser colocadas no rodapé;

j) cabeçalho: a margem superior centralizada deve possuir um cabeçalho com a seguinte frase: II Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais – Salvador, BA, Brasil, 24 a 26 de março de 2014. A letra deve ser Arial, tamanho 10, exatamente conforme o modelo de artigo disponível no site;

k) título: deve estar na primeira linha da primeira página. Centralizado, letra Arial tamanho 12, em negrito, primeira letra em maiúscula e demais letras em minúscula;

l) resumo: duas linhas abaixo do título, o resumo deve ser no próprio idioma do trabalho, com no máximo 250 palavras. Deve-se utilizar texto com fonte Arial, tamanho 12, com espaçamento entre linhas simples;

m) palavras-chave: Uma linha abaixo do resumo, devem ser informadas as palavras-chave, no mesmo idioma do artigo. Sugere-se a apresentação de três palavras-chave a cinco palavras, com primeira letra de cada palavra em maiúscula e o restante em minúsculas, separadas entre si pelo ponto final (.);

n) área temática: uma linha abaixo das palavras-chave, deve ser informada a área temática do artigo;

CONT.



o) títulos das seções: os títulos das seções do trabalho devem ser posicionados à esquerda, em negrito, numerados com algarismos arábicos (1, 2, 3 etc.). Deve-se utilizar texto com fonte Arial tamanho 12, em negrito. O título da primeira seção deve ser posicionado duas linhas abaixo da área temática;

p) corpo do texto: o corpo do texto deve iniciar abaixo do título das seções, deixando entre eles uma linha em branco. O corpo de texto utiliza fonte Arial, tamanho 12, justificado na direita e esquerda, com espaçamento entre linhas 1,5 cm e entrada de parágrafo (primeira linha) de 1,25 cm, exatamente como este parágrafo;

- No caso do uso de listas, o marcador disponível deve ser alíneas (letras: a), b), c) ... ou 1., 2., 3. ...);

q) nomes dos autores: Não deverá haver identificação dos autores no trabalho. A identificação dos autores do artigo, em qualquer parte, acarretará na desclassificação do mesmo. Deve haver cuidado especial em retirar as identificações constantes nas propriedades do arquivo (menu arquivo/propriedades/resumo). Sugerimos que, após a conversão para o formato pdf, os autores verifiquem este quesito, acessando as propriedades do documento;

r) as citações longas (mais de três linhas), as notas de rodapé, as legendas das ilustrações e/ou tabelas, resumo, palavras chaves e a área temática devem ser digitadas com espaçamento simples;

s) as referências devem ser digitadas com espaço simples e separadas entre si por um espaço em branco simples, conforme NBR 6023:2002;

t) os títulos das seções devem ser separados do texto que os sucedem por um espaço em branco de 1,5 cm;

u) os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precedem e que os sucedem por um espaço em branco de 1,5 cm.

2.4.3.2 Comunicação oral:

15 minutos de exposição para os trabalhos técnico-científicos, dando prioridade ao problema da pesquisa, à metodologia e aos resultados obtidos.

10 minutos para os relatos de experiência, podendo o autor utilizar, em sua apresentação, slides, filmes, pôsteres.

Após a apresentação de cada trabalho, a plateia terá 5min para perguntas.

Nota: O centro de convenções de computador com datashow e projeção de vídeo.

2.5 Resumos expandidos para apresentação em pôsteres

2.5.1 Elementos

Os resumos expandidos devem incluir os seguintes elementos:

a) Introdução: apresentar de forma sucinta o tema abordado, a questão, o problema, a justificativa, os objetivos do trabalho e as principais pesquisas publicadas sobre o(s) assunto(s);

b) Materiais e Métodos: apresentar de forma sucinta os materiais e métodos utilizados, tais como: método empregado, população e amostra, técnicas, instrumentos e procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise;

c) Resultados Parciais/Finais: apresentar de forma sucinta os resultados pretendidos e/ou obtidos até o momento;

CONT.



d) Considerações Parciais/Finais: apresentar de forma sucinta as reflexões realizadas até o momento, os aspectos relevantes sobre o trabalho e as recomendações que se façam necessárias;

e) Referências: apresentar os trabalhos dos autores citados no texto, conforme NBR 6023.

2.5.3 Apresentação

O pôster será em formato digital, arquivo.ppt (PowerPoint 97-2003 ou posterior), com, no máximo, 5 (cinco) slides e produzido pelo interessado.

Deverá ser auto-explicativo, contendo no primeiro slide: nome do evento; título do trabalho; nome(s) do(s) autor(es), por extenso; nome e sigla da instituição de origem; nome da cidade, do estado, do país e seus respectivos endereços eletrônicos.

Duração da projeção do pôster

A projeção durará 10 minutos.

Sobre o apresentador:

O apresentador deverá ser necessariamente um dos autores do trabalho, conforme indicado no sistema de submissão do evento e deverá ficar ao lado de seu trabalho enquanto ele estiver sendo projetado, dando oportunidade para os autores dos resumos expandidos interagirem com os interessados em sua contribuição.

Entrega do arquivo: A Secretaria do Evento estará recebendo os arquivos a partir das 8h do dia 24 de março de 2014.

Confirmação de presença do apresentador:

No dia de sua sessão, o apresentador deverá comparecer no local de sua apresentação para assinar a lista de presença. O apresentador que não comparecer terá sua apresentação cancelada.

Horário de realização da apresentação: As apresentações serão realizadas pontualmente no horário marcado, conforme indicado no site do evento.

2.6. Aceitação dos trabalhos técnicos:

A Comissão técnico-científica do IICIPCT encaminhará, até 20 de janeiro 2014, comunicado de aceitação dos trabalhos para os respectivos autores.

Os autores de trabalhos selecionados devem confirmar sua participação mediante inscrição no IICIPCT até 30 de janeiro de 2014, para que os mesmos possam ser incluídos no programa oficial e nos anais, conforme instruções on-line do sistema de inscrição.

Os trabalhos apresentados por autores colaboradores ou por outra pessoa deverão, antecipadamente, apresentar na Secretaria do Congresso, carta do autor principal com o nome da pessoa responsável pela exposição do mesmo.



A canoa do tempo, por José Ribamar Bessa Freire
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013

Taqui Pra Ti/ D24am

Estou em Florianópolis, convidado pela Universidade Federal de Santa Catarina para ministrar um curso de Literatura Brasileira para 36 índios Guarani, Kaingang, Xokleng/Laklãnõ, alunos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. À noite de quinta-feira, com Rivelino Barreto, Tukano, fizemos parte de uma mesa organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social para discutir questões relacionadas às línguas indígenas e às traduções das narrativas ameríndias.

Durante o debate, respondendo a uma pergunta, lembrei um fato que ocorreu em janeiro de 1985, durante outro curso que ministrei em Boa Vista (RR), em parceria com Carlos Araújo Moreira Neto, para 60 índios Makuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó e Yanomami. Nós dois ficamos impressionados com a memória deles. Fizemos um grande círculo e perguntamos a cada um o que sabiam de sua história. Quase todos eram bons narradores, falaram com riqueza de detalhes da história de Roraima, relatando fatos ocorridos desde os primeiros contatos com o colonizador no séc. XVIII.

Acontece que a memória oral vai passando de pai para filho, através de mecanismos que garantem a fidelidade da transmissão. Como esclareceu o índio Kalé Maxacali, de Minas Gerais, “meu pai contou pra mim, eu vou contar pro meu filho. E quando meu filho morrer? Ele já contou para o meu neto. E assim ninguém esquece”. No entanto, um Wapixana esqueceu. Declarou que desconhecia os fatos históricos narrados por seus colegas e contou porque a cadeia de transmissão foi rompida.

O Wapixana de nossa história foi educado em Boa Vista por uma família brasileira e só retornou à aldeia quando tinha 18 anos. Portanto não havia aprendido a língua Wapixana e tinha perdido a possibilidade de se comunicar com os velhos que não falam português. Refletindo com eles sobre esta situação, estabeleci uma analogia. Para se deslocar no espaço amazônico e ir de um lugar a outro, é necessário uma canoa. Da mesma forma, para se deslocar no tempo precisamos da língua. Foi aí que o Wapixana fez a pergunta: “Quer dizer que a língua é a canoa do tempo?”.

Usei a metáfora no capítulo de um livro publicado em 1992, onde foi sinalizado que a história ocidental, da qual a brasileira faz parte, desdenhou desde seu início qualquer documentação verbal que não fosse escrita, padronizando este traço e universalizando o seu modelo de confiabilidade nos documentos escritos, fazendo extensiva esta qualidade ao “resto” do mundo que foi encontrado no processo colonizador.

CONT.



Durante muito tempo, a historiografia considerou os povos ágrafos como “povos sem história” ou “pré-históricos”, devido à falta de “literacidade”, isto é, de uma prática sistemática de leitura e escrita. As sociedades de memória oral foram também consideradas sociedades pré-lógicas que, não dominando a escrita, não tinham o saber. Argumentava-se que, na ausência de documentos escritos, as pistas que existe são frágeis para o levantamento da história desses povos. Quanto à tradição oral, ela não era digna de credibilidade. Portanto, sem fontes escritas, não há história, não há saber.

A apropriação pela atual sociedade brasileira do saber indígena, transmitido de uma geração a outra através da tradição oral, tem sido obstaculizado pela ignorância, o despreparo e até mesmo o desprezo mantido em relação às línguas e cultura indígenas. O preconceito etnocêntrico não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado durante milênios. É um especialista em biologia, citado por Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem*, que chama a atenção para o fato de que muitos erros e confusões poderiam ter sido evitados – alguns dos quais só muito recentemente retificados – se o colonizador tivesse confiado nas taxonomias indígenas em lugar de improvisar outras não tão adequadas.

O desaparecimento nos últimos cinco séculos de mais de mil línguas indígenas no Brasil significaram uma queima de arquivo, cujos estragos podem ser ainda minimizados. Como observa Darell Posey, “com a extinção de cada grupo indígena, o mundo perde milhares de anos de conhecimento sobre a vida e a adaptação a ecossistemas tropicais”.

Lembrei ainda que em abril de 1985, a Agência Estado de São Paulo divulgou notícia publicada nos principais jornais do país sobre a morte de uma criança e a intoxicação de mais quinze pessoas no bairro Vila Nova, na periferia de Porto Alegre (RS), por haverem comido mandioca, furtada de uma horta. O então secretário de Saúde e do Meio Ambiente, Germano Bonow, informou que “todas as semanas há casos no Rio grande do Sul de intoxicação leve provocada pela ingestão de mandioca, por pessoas incapazes de distingui-la do aipim.”

A mandioca foi domesticada pelos índios há quatro mil anos, segundo hipóteses dos arqueólogos. Durante pelo menos quatro milênios, através de experimentação genética, os índios vêm diversificando e enriquecendo a espécie. Só na região do rio Uapés (AM), entre os índios Tukano, Chernella (1986) identificou 137 espécies cultivares diferentes. A preservação, o controle e as técnicas de cultivo e extração do veneno da mandioca vêm sendo transmitidos eficazmente pelos horticultores indígenas através da tradição oral.

Esse episódio evidencia a quebra de elos na cadeia de transmissão oral. Ele revela como, em consequência, a sociedade brasileira deixou de se apropriar de um saber milenar, útil para a sua sobrevivência, sem que a escrita substituísse essas funções para amplos setores da sociedade nacional. E nos coloca algumas interrogações sobre a vigência da tradição oral para os povos indígenas que hoje vivem no Brasil.



CIR divulga Nota de Apoio a Paulo Daniel, representante do Cimi no CISI, e conclama indígenas a denunciarem as irregularidades da Sesai
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

NOTA DE APOIO AO REPRESENTANTE DO CIMI NO CISI

O Conselho Indígena de Roraima - CIR vem publicamente afirmar o total apoio ao representante do CIMI no CISI, na pessoa do Senhor Paulo Daniel, pela denúncia feita contra a SESAI e que está sendo defendida por meia dúzia de indígenas que deveriam mais defender a saúde indígena do que ficar pensando só no próprio bolso. E ao mesmo tempo este Conselho Indígena repudia todas as declarações informadas pelo então Coordenador Executivo do Fórum de Presidentes do Condisi e afirmar que não tem fundamento por se tratar de contra defesa de pessoas da SESAI.

O conteúdo da denúncia feita pelo representante do CIMI está no Blog da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, organização indígena maior que nos representa a nível nacional e o Fórum de Presidentes de Condisi apenas é um espaço para levar as propostas, reivindicações e denúncias das bases e se não fazem, alguém tem que nos ajudar. Os indígenas indicados para o FPcondisi tem o papel fundamental de fazer o verdadeiro controle social e não apenas ficar pedindo o seu próprio aumento de salário ao então secretário da SESAI, que infelizmente alguns tem feito.

É notório afirmar que a SESAI tem muito recurso disponível e não gasta nem o suficiente para garantir o atendimento da saúde indígena. Matematicamente os representantes que se sentem inquietos com as denúncias das bases devem então procurar aprovar a realização de auditoria urgente na SESAI. E o movimento indígena criou a SESAI para ser a casa de todos os povos indígenas e não apenas para ficar empregando alguns indígenas que deveriam ter coragem para denunciar e levar as informações para suas bases de forma clara e sem procurar esconder a real situação da SESAI.

O CIMI sempre ajudou o movimento indígena e todas as ações dessa instituição vêm sendo para defesa dos direitos indígenas. O Senhor Paulo Daniel é reconhecido por todas as lideranças indígenas de Roraima, por ter coordenado o convenio com este Conselho Indígena, e tem contribuído na melhoria da saúde mesmo enfrentando a Funasa, que infelizmente as mesmas pessoas que bagunçavam com a saúde indígena estão na SESAI. Por isso, a denúncia feita tem apoio de todas as comunidades e povos indígenas de Roraima, e a afirmamos que vamos ajudar nas denúncias contra as irregularidades da SESAI e assim como contra toda ação contrária do governo federal contra os povos indígenas. E afirmar que a nota assinada pelo coordenador executivo do FPCondisi não nos representa e assim recomendamos que nos respeite e também dos demais membros do FPcondisi que zelam pelos direitos de todos os povos indígenas.

Coordenação Geral do CIR.

O forte, belo e merecido desagravo a Paulo Daniel feito pelo Conselho Indígena de Roraima publicado acima responde diretamente a uma "Nota de Repúdio" lançada pelo Coordenador Executivo do Fórum dos Presidentes dos CONDISI, Jorge Oliveira Duarte (se quiser lê-la, clique [AQUI](#) para baixá-la). E o motivo do "repúdio" é, como o CIR explicita acima, um texto de Paulo Daniel (representante do Cimi na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena), publicado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

em 25 de setembro no blog da APIB. Em *As entranhas do poder* exercido pela Sesai (replicado por este blog em 26/09), ele critica os quatro anos de gestão do secretário Antônio Alves à frente da Secretaria Especial de Saúde Indígena, de forma tranquila e respeitosa.

Mineração em terras indígenas: Deputado tenta transformar seminário de 2008 em consulta prévia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013



Por Telma Monteiro

Destaquei abaixo dois parágrafos de um requerimento do deputado Edio Lopes do PMDB de Roraima. Edio Lopes é relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1610, de 1996, do Senado Federal, que “dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal” (PL161096).

O destaque fica para a cara de pau do deputado que tenta uma manobra para transformar um seminário e oficinas, realizadas em 2008, em consulta prévia aos indígenas sobre mineração em suas terras:

“Entretanto, como o projeto de lei que ora apreciamos é matéria da mais absoluta e relevante importância para as populações indígenas de nosso país, julgamos conveniente oferecer ao conhecimento e à consideração desta Comissão os registros do seminário e das oficinas regionais de consulta prévia às diversas etnias indígenas de todo o país, realizados entre setembro e novembro de 2008, nas quais, dentre outros temas, foram feitas aprofundadas e minuciosas consultas à população indígena sobre a exploração de recursos minerais nas terras por eles ocupadas.”

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

“De posse deste material, pudemos constatar que são poucos os pontos de divergência entre o que ora pretendemos propor em nosso Substitutivo, e que a maioria das reivindicações por eles feitas em relação ao aproveitamento de recursos minerais em suas terras está amplamente acolhida, e muitas vezes em situação mais vantajosa para os indígenas do que as então por eles reivindicadas.”

Ameaça clara no Senado: “Se no dia 30 de novembro nada for feito para dar segurança e paz à região, haverá derramamento de sangue”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013



Foto: Spensy Pimentel

Carolina Gonçalves, Repórter da Agência Brasil

Brasília – O representante da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, Jonatan Pereira Barbosa, alertou [ou ameaçou?] senadores sobre o risco de um “derramamento de sangue” no estado, se o governo não apresentar uma solução para a questão fundiária até 30 de novembro.

A região tem sido palco de conflitos entre índios e produtores rurais que disputam territórios considerados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como reserva [sic] indígena. Produtores garantem ter documentos que comprovam a posse da terra e se recusam a deixar fazendas que foram invadidas [sic] pelos índios.

“Está para acontecer uma tragédia em Mato Grosso do Sul. Se no dia 30 de novembro nada for feito para dar segurança e paz à região, haverá derramamento de sangue”, alertou Barbosa.

O alerta foi feito durante uma audiência pública que ocorreu na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado para tratar dos impactos da demarcação de reservas indígenas sobre a agricultura. Barbosa descreveu a revolta de alguns produtores com a perda de terras e plantações em decorrência do impasse.

CONT.



Os parlamentares criticaram e acusaram o governo de omissão. A presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, foi convidada para participar do debate, mas justificou a ausência informando que tinha outros compromissos agendados. Na semana anterior, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi convidado para outra audiência sobre o mesmo assunto e também não compareceu.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que as ausências do governo nessas discussões revelam a "falta de compromisso" com a questão. Segundo ele, essa postura "é que deixa lá na ponta essa tensão. Os índios achando que as terras finalmente vão ser demarcadas, que vão ser desapropriadas, que vão indenizar os produtores, e os produtores, com as suas propriedades invadidas, na expectativa de que isso vai acontecer", completou.

As críticas foram endossadas por todos os parlamentares que participam do colegiado. O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) chegou a acusar o governo de tratar o impasse fundiário entre índios e produtores de maneira secundária. "Tínhamos credibilidade para negociar com etnias e produtores. Estamos perdendo a pouca credibilidade que tínhamos pela frustração das promessas que nunca foram cumpridas. Não vemos ação efetiva", disse.

Para Delcídio, o impasse tem uma solução clara que é a negociação entre governo e fazendeiros para aquisição das terras. Mas o parlamentar defendeu que essa negociação só ocorra quando o produtor tiver interesse e com o pagamento de uma indenização que considere não apenas benfeitorias, mas o valor real da propriedade.

"Começo a achar que o governo quer ver mais vítimas para começar a agir. É preciso que as soluções saiam do papel, da conversa", disse.

Representantes ruralistas destacaram que as indenizações baseadas apenas em benfeitorias prejudicam, principalmente, os pequenos produtores [sic] que têm áreas menores e, geralmente, a única benfeitoria realizada na propriedade é a casa onde moram.

O vice-presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que "é preciso reconhecer o direito dos índios, mas também é preciso que as propriedades rurais sejam asseguradas". Para ele, a conta da regularização fundiária no estado não pode recair sobre o produtor. Diante do alerta feito pelos produtores, Gurgacz anunciou que vai definir com o colegiado, na próxima terça-feira (5), uma proposta para tentar evitar que novos conflitos entre índios e produtores rurais eclodam em Mato Grosso do Sul.

O senador também criticou o governo e disse que a Funai tem agido de forma "inexpressiva e inexperiente". Em nota, a assessoria da fundação disse que mantém no estado três coordenações regionais, localizadas em Dourados, Ponta Porã e Campo Grande. "Todas ativas, que mantém uma frequente articulação com os povos indígenas daquela região".

"Nos últimos meses a Funai esteve presente em audiências públicas na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério da Justiça, com representantes indígenas e produtores rurais, onde o diálogo entre as partes sempre foi mantido. Em um reunião no mês de agosto, no Ministério

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

da Justiça, o governo fechou um acordo histórico para resolver os conflitos em Mato Grosso do Sul. Após o acordo já houve outras reuniões, inclusive em Campo Grande, com a presença do governador para se discutir a melhor forma de se resolver os problemas de conflitos naquela região”, destacou.

A assessoria ainda disse que não tem qualquer conhecimento sobre o prazo do dia 30 de novembro definido pelos produtores como limite para solução do impasse. “Até o momento [a assessoria] não recebeu nenhum tipo de notificação sobre esta data”, concluiu.

Edição: Fernando Fraga
Grifos e [sic]s deste blog.

Caminhões com madeira retirada de terra indígena são apreendidos em Aripuanã, MT
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2013

Flagrante ocorreu na cidade de Aripuanã, durante operação Onda Verde. Conforme o Ibama, 41 toras eram transportadas nos caminhões.



G1 MT

Quatro caminhões carregados com 41 toras foram apreendidos na madrugada de sexta-feira (1º) em Aripuanã, a 976 km de Cuiabá, durante a operação Onda Verde, de combate ao desmatamento. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os cerca de 133 cúbicos foram retirados de forma ilegal da Terra Indígena Arara do Rio branco.

O Ibama afirma que a madeira era 'esquentada' com créditos fictícios de planos de manejos situados nas proximidades das reservas. Os veículos flagrados fazendo o transporte foram encaminhados ao pátio da Secretaria de Obras do município e os respectivos condutores levados para a delegacia da Polícia Civil.

Alvo de operações ambientais desde 2010, em Aripuanã o volume aplicado em multas nestes três anos chega aos R\$ 26 milhões, ainda conforme o Instituto. Em todo Mato Grosso a Onda Verde já motivou o embargo de quase 55 mil hectares como resultado das operações apenas no primeiro semestre.

De janeiro a junho as multas atingiram os R\$ 242 milhões, referentes à lavratura de 492 autos de infração, indicou o órgão em balanço apresentado.

Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 4.11.2013



Adital – Pesquisa recente aponta que 21.6 por cento das mulheres indígenas rarámuris da província de Chihuahua, no México, admitiram ter sido vítimas de violência. Segundo dados do Instituto da Mulher Chihuahua (Ichmujer) e da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CDI), 33.5 por cento das indígenas dizem que necessitam de apoio para prevenir a violência dos homens contra as mulheres, 8.9 por cento, para prevenir a

violência de mulheres para homens e 16,9 por cento, para prevenir a violência contra mulheres e crianças. Dados complementares, que surgiram espontaneamente nas respostas das indígenas.

Para combater esta situação, o Ichmujer CDI está promovendo oficinas de disseminação onde as vítimas de violência reproduzem às demais o que aprenderam em suas comunidades. Com a presença de mulheres e homens das comunidades indígenas Basigorovo e San Elias, o workshop intitulado "Por que homens e mulheres são como são", percorreu escolas e entidades comunitários. As oficinairas do Instituto da Mulher Chihuahua são treinadas desde 2006 para conscientizar sobre a violência doméstica entre os indígenas, são supervisionadas pelo Departamento de Educação e Sensibilização em Gênero do Ichmujer, apoiado pelo Fundo da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, com ações que vão à raiz do problema para que possa ser realmente transformadoras.

Mulheres rarámuris ficaram conhecidas em 2012 devido a um episódio de escravidão moderna, pois devido à seca na região de Chihuahua migravam para trabalhar como diaristas e trabalhavam até 13 horas por dia debaixo do Sol. Eram milhares de mulheres afetadas pela seca – em sua maioria indígenas – procedentes da serra Tarahumara, no noroeste de Chihuahua e dos Estados de Hidalgo, Sonora, Veracruz, Guerrero e Durango, abandonam suas comunidades de origem para trabalhar em condições de exploração nos campos agrícolas do noroeste de Chihuahua.

Dilma tenta reforçar discurso ambiental com fundo de compensação para índios
SÍTIO PORTAL PCH, 4.11.2013



A presidente Dilma Rousseff estuda criar um fundo de compensação para índios que vivem em áreas próximas às hidrelétricas previstas no plano de energia do governo para 2021. Também prepara a regulamentação de um artigo da Constituição que obriga o poder público a consultar as comunidades indígenas antes de operar essas usinas.

Trata-se de uma estratégia para reforçar o discurso do governo no embate com a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, uma crítica da política de desenvolvimento do País, que segundo ela não é sustentável.

Ex-petista, Marina se aliou ao projeto presidencial do governador Eduardo Campos (PSB) e poderá até disputar a sucessão do ano que vem na condição de vice do pernambucano.

As duas medidas que o governo tenta agora reativar por causa do "efeito Marina Silva" ficaram paradas por quase 11 anos de gestão do PT no Planalto.

A primeira delas, o fundo, é uma antiga reivindicação dos índios. Ele seria criado com dinheiro da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), paga pelas empresas que exploram as hidrelétricas. A verba equivale a 6,75% do valor total de energia mensal produzida pelas usinas. Só entre janeiro e setembro deste ano, foram repassados R\$ 1,3 bilhão da seguinte forma: 45% para os municípios atingidos pelos reservatórios, 45% distribuídos aos Estados onde estão as usinas e 10% para a União.

Uma das propostas que circula no governo, elaborada pelo Instituto Acende Brasil, voltado ao setor elétrico, prevê que a União abra mão de metade do que recebe, e os Estados abram mão de 22% da sua cota.

O Plano Decenal de Energia 2021 do governo federal prevê a construção de 34 hidrelétricas na Região Norte do País. Atualmente elas estão em fase inicial ou ainda só no papel. Nesse plano, para o qual valeriam as novas regras de compensação dos índios, não estão incluídas as polêmicas usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, alvos de constantes embates entre as comunidades atingidas e o governo federal.

Consultas. A segunda medida prevista no pacote pró-indígenas de Dilma se refere ao artigo 231 da Constituição, que prevê que os potenciais energéticos oriundos de recursos hídricos só

CONT.



podem ser aproveitados após consulta às comunidades que vivem no local de instalação do empreendimento. Segundo integrantes do governo, essa medida já é considerada urgente no Palácio do Planalto.

Adicionalmente, o governo também vai regulamentar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2003. Essa convenção também estabelece critérios para consulta aos índios.

Em Belo Monte, por exemplo, as comunidades atingidas dizem não ter sido consultadas. Já o governo diz que fez a consulta. Ao estabelecer um critério, a ideia é acabar com polêmicas assim. "Os povos indígenas têm suas próprias formas de debater temas sobre seu futuro, e nossa regulamentação precisa dar conta disso, quer dizer, vamos criar um mecanismo que absorva o protocolo de cada povo, de cada etnia", diz o secretário nacional de articulação social da Secretaria Geral da Presidência, Paulo Maldos.

Inação na área se repete por seguidas gestões

Não seria correto atribuir à presidente Dilma Rousseff toda a responsabilidade pelos conflitos que envolvem índios e empreendedores do setor de energia. Mas também não seria incorreto indagar por qual motivo seu governo só agora parece acordar para questões envolvendo grupos que sempre estiveram na base de apoio do PT, como índios e sem-terra.

A favor de Dilma é necessário dizer que a consulta prévia aos índios, quando suas comunidades são afetadas por projetos hidrelétricos ou de exploração de minérios, não surgiu agora. Poderia ter sido regulamentada por governos anteriores, já que está prevista na Constituição, promulgada há 25 anos. O mesmo ocorre com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que também prevê consultas às comunidades indígenas e vigora no País desde 2013.

Por questões decorrentes do jogo de forças políticas, os governos foram empurrando para o mandatário seguinte a delicada e complexa questão da regulamentação e administração dos conflitos envolvendo indígenas.

Dilma não foi diferente. Ela mostrou pouco interesse pelos índios nos dois primeiros anos de mandato. Foi só após os protestos de junho, por exemplo, que abriu a porta de seu gabinete para receber pessoalmente uma delegação indígena. Da mesma maneira, só após uma semana de protestos em Brasília, no mês passado, decidiu fazer uma declaração pública contra a PEC 215, que pode transferir do Executivo para o Legislativo a tarefa de demarcação de terras indígenas.

No seu governo a Fundação Nacional do Índio perdeu prestígio, ao mesmo tempo que enfraquecia o diálogo com as comunidades. No momento, algumas organizações indígenas se recusam a manter qualquer tipo de conversa com o governo. Não sentam à mesa nem para tratar da regulamentação de leis que está sendo anunciada.

Fonte: O Estado de São Paulo

FMASE: fórum discute relação entre índios e setor elétrico

SÍTIO PORTAL PCH, 4.11.2013

Evento teve apresentações de caso, como os problemas na construção de Belo Monte



O Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE) promoveu nesta quinta-feira (31/10), no Rio de Janeiro, o II workshop sobre "O Setor Elétrico e as Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas". Segundo a coordenadora do Grupo de Trabalho de Assuntos Indígenas (GTAI), Adriana Coli, com a apresentação de quatro casos do setor, pode-se discutir e conhecer melhor os casos que tiveram envolvimento com questões indígenas e como o setor elétrico reagiu, como por exemplo, a situação da UHE Belo Monte.

"Aproveitar o potencial hidrelétrico da bacia do Amazonas representa um grande desafio ao setor elétrico, isto porque, metade destes potenciais interfere em unidades de conservação ou terras indígenas. Aprimorar o relacionamento entre o setor e os povos é fundamental para a segurança da instalação de hidrelétricas", explicou Adriana Coli, em entrevista.

Ainda de acordo com a coordenadora do GTAI, estão sendo discutidas duas regulamentações no Governo sobre aproveitamentos hidrelétricos em terras indígenas e a consulta prévia e livre dos povos indígenas, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). "Como resultado, queremos fazer um grupo de trabalho multidisciplinar que vai traçar quais seriam essas diretrizes para que o espírito da Convenção 169 possa ser reconhecido", ressaltou Coli.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

A questão indígena nos últimos tempos se caracteriza como um dos itens mais importantes da agenda de trabalho do FMASE. Desde 2007, o grupo discute e apresenta contribuições para as normas relacionadas ao licenciamento e autorizações dos projetos em terras indígenas, além de promover workshops e reuniões com órgãos do Governo e Sociedade Civil para ampliar o diálogo.

Participaram do workshop os representantes das empresas Copel, Brookfield Energia, Itaipu e Norte Energia, além de lideranças indígenas e do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcio Augusto Meira.

Fonte: Adriana Maciel | Jornal da Energia



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

CÂMARA DE ILHÉUS DISCUTE CONFLITOS ENTRE ÍNDIOS E PRODUTORES

SÍTIO ILHÉUS 24H, 4.11.2013

Antes tarde do que nunca, diz a máxima popular.

E assim será com a discussão sobre os conflitos de terras entre índios e pequenos produtores rurais de Ilhéus, Buerarema e Una. O tema será discutido no legislativo ilheense, em audiência pública nesta quarta-feira (06).

O evento começará às 16h, no plenário da câmara, e foi solicitada pelo vereador Gurita (PP). Devem participar representantes das comunidades indígenas, associações de produtores, órgãos públicos, OAB e outras entidades envolvidas na demarcação das terras.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Exploração de riquezas em terras indígenas é tema de audiência na CMA
SÍTIO ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, 4.11.2013



A exploração de riquezas naturais em terras indígenas, como minérios e madeira, e os meios necessários para assegurar a biodiversidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida dos povos nativos serão tema de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) na terça-feira (5).

Foram convidados para o debate Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno Torres de Moraes, técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai) que atuam em Tabatinga (AM) e Belém (PA), respectivamente.

Foto: Marcos de Oliveira

Fonte: Agência Senado



Empresas apresentam experiências em encontro sobre questão indígena no Rio de Janeiro

SÍTIO PORTAL PCH, 4.11.2013

Evento promovido pelo Fmase terá relatos de representantes da Copel, Brrokfield, Itaipu e Norte Energia

A apresentação de situações específicas enfrentadas por investidores no tratamento da questão indígena, dentro do processo de licenciamento ambiental, é o foco do encontro que vai reunir na próxima quinta-feira, 31 de outubro, agentes de setor elétrico e representantes do governo. "O objetivo do evento é o setor ter um intercâmbio de informações, para que se conheçam os casos que ele mesmo desenvolveu", explica a coordenadora do Grupo de Assuntos Indígenas do Fórum do Meio Ambiente do Setor Elétrico, Adriana Coli Pedreira.

A coordenadora é responsável pela organização do II Workshop sobre o tema, que acontece a partir das 10 horas, no auditório da Siqueira Castro Advogados, no Rio de Janeiro. Quatro experiências, segundo Adriana, serão apresentadas durante o encontro, que vai contar com representantes da Fundação Nacional do Índio, do Ministério de Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética.

Uma delas é a da Copel com os índios Kaingang; outra, da Brookfield com os povos Kaingang e Guarani; a terceira de Itaipu com o projeto Água Boa; e a quarta a da Norte Energia, com a hidrelétrica de Belo Monte.

Para a coordenadora, as quatro situações são um mostra de como a implantação de um empreendimento pode ser um desafio. Adriana Coli cita Belo Monte, Teles Pires e os projetos hidrelétricos do Tapajós como os empreendimentos mais complicados atualmente do ponto de vista indígena. Ele destaca que em todos os grande projetos daqui para a frente a questão socioambiental vai envolver não apenas as usinas, mas as linhas de transmissão a elas associadas.

Fonte: Sueli Montenegro | Agência CanalEnergia



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Museu Paraense Emílio Goeldi divulga dossiê Línguas Indígenas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 4.11.2013

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) lançou o terceiro volume do dossiê Línguas Indígenas. A publicação reúne sete artigos de autores da instituição, da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de São Paulo (USP), todos sobre análises fonológicas e gramaticais.

O dossiê foi divulgado no Boletim de Ciência Humanas do MPEG. Além dos artigos dedicados à linguística indígena, o boletim reúne outros artigos, uma nota de pesquisa, textos e biografias de grandes cientistas alemães que estudaram a Amazônia.

As publicações podem ser acessadas online gratuitamente.

Fonte: Agência Museu Goeldi

Menores e indígenas disputam lixo

SÍTIO FOLHA WEB, 4.11.2013

CAÍQUE SILVA



Indígenas são maioria entre os catadores do lixão
Foto: Charles Bispo

Menores de idade acompanhados de seus pais e indígenas disputam espaço diariamente com urubus e outros animais no Aterro Sanitário de Boa Vista, que fica ao lado esquerdo da BR-174/Sul, sentido município de Mucajaí. Lá, os catadores trabalham em meio a bichos, bactérias, larvas, mosquitos e animais mortos, além de alimentos estragados e mau cheiro. A maioria é beneficiário dos programas Bolsa Família e Crédito Social, do Governo Federal e do Estado, respectivamente.

A reportagem da Folha esteve no local e constatou que diversas pessoas, inclusive menores de idade, continuam catando lixo e recolhendo material reciclável para aumentar a renda familiar. Existem ainda barracos espalhados por toda área e que são utilizadas como abrigo para os catadores que permanecem ali durante a noite. Todo tipo de objeto pode ser encontrado desde lâmpadas, restos de alimentos, animais mortos, eletrodomésticos, roupas, lixo hospitalar, doméstico.

Uma das catadoras que a reportagem conversou foi Ercília Mendes, que é indígena. Ela disse que recebe R\$ 102,00 do Bolsa Família, mais R\$120,00 do programa Crédito Social. "Esses valores não são suficientes para amparar a minha família, por isso, como não tenho estudo e está difícil conseguir emprego, a única saída mesmo é vir para o lixão catar coisas para revender e conseguir mais dinheiro".

Com o companheiro desempregado, Ercília precisa dividir espaço com pelo menos outros 40 catadores, não indígenas, que circulam pelo lixão diariamente. "Essa situação é muito desconfortável. É complicado demais sobreviver assim. Se não fosse esse dinheiro dos programas acho que já teria morrido de fome. Preciso me virar de qualquer jeito se eu quiser ter aonde dormir, e o lixão é a minha única saída", disse.

Eliza João da Silva, que também é indígena e catava lixo na companhia da filha, disse que sobrevive do dinheiro de programas sociais. "Recebo do Bolsa Família R\$ 350,00 mesmo assim venho dia sim outro não para o lixão. Aqui eu consigo aumentar consideravelmente a renda de casa para sustentar meus nove filhos", informou, negando-se a revelar a idade da filha.

CONT.



Enquanto a reportagem conversava com as indígenas, outros catadores informaram que era proibido fazer matérias e registrar com fotografias a situação das famílias no Aterro Sanitário. “Vocês vão piorar a nossa condição fazendo essas matérias. Eles vão nos expulsar daqui de novo e não teremos mais lugar para ganhar dinheiro”, reclamou um catador, ameaçando chamar a polícia e os seguranças do lixão.

O aterro sanitário é um espaço destinado à deposição final de resíduos sólidos gerados pela atividade humana. Nele são dispostos resíduos domésticos, comerciais, de serviços de saúde, da indústria de construção, e também resíduos sólidos retirados do esgoto.

De acordo com estudiosos, as crianças são as maiores prejudicadas ao permanecer em ambientes insalubres como o lixão. Doenças respiratórias estão entre os graves problemas causados pelo lixo e ambientes poluídos. Existe ainda o risco de acidentes com materiais cortantes e problemas dermatológicos.

OUTRO LADO - Elaine Maciel, que é chefe da Coordenação Técnica e Promoção dos Direitos Sociais da Fundação Nacional do Índio (Funai), disse em entrevista por telefone que existem projetos em execução que beneficiam os indígenas que vivem na capital.

“Fazemos reuniões todos os sábados com a Organização dos Indígenas da Cidade de Boa Vista (Odic) para tratar de ações que possam garantir melhorias na vida de todos. Fazemos um trabalho também para aumentar a renda desses catadores com mostras e exposições de produtos confeccionados por eles”, relatou.

A reportagem encaminhou e-mail para a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Boa Vista para saber sobre a situação daquelas famílias, mas até o fechamento da matéria não houve retorno. Há ainda uma cooperativa que trabalha no Aterro, mas a reportagem não conseguiu acesso aos catadores.

O Ministério Público de Roraima também foi acionado através de e-mail, mas até o fechamento da matéria ninguém se pronunciou.

DENÚNCIAS - A Folha já produziu inúmeras reportagens sobre o assunto, informando inclusive que famílias chegavam a dormir por vários dias no Aterro Sanitário. Não bastassem as agressões ao meio ambiente, o local ainda era frequentado por crianças. No início deste ano o lixo despejado estava poluindo o lençol freático e o igarapé Wai Grande, segundo especialistas.

Com vida útil de 20 anos, o aterro de Boa Vista passou a funcionar em 2002. Mas com apenas 10 anos já virou um lixão a céu aberto porque seu espaço não tem mais capacidade para atender a demanda da cidade.

Em março, outros crimes ambientais foram denunciados na imprensa após relatórios elaborados por técnicos da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e peritos da Polícia Federal (PF).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) chegou a oferecer denúncia contra o Município de Boa Vista, a Construtora Soma Ltda e mais cinco acusados por crime ambiental cometido no Aterro Sanitário. Conforme a denúncia do MPF/RR, a Construtora Soma Ltda. – contratada e fiscalizada pelo Município de Boa Vista desde 2003 – teria causado danos ambientais em virtude do lançamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos no meio ambiente, em desacordo com a lei.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

Oficina de Artesanato Indígena da FCMS capacita moradores de aldeia de Paranhos
SÍTIO JORNAL DO ÔNIBUS, 4.11.2013

MS Notícias

Campo Grande (MS) - A Fundação de Cultura do governo do Estado realiza de 4 a 14 de novembro na Aldeia Pirajuí, em Paranhos, a Oficina de Artesanato Indígena para artesãos do núcleo produtivo local da etnia Guarani Kaiowá.

Ministrada pelo professor Mathias Duram, a oficina contará com 30 alunos e 80 horas/aula. O objetivo é capacitar os artesãos na criação de peças que usam argila e fibra como matérias-primas, respeitando as características do artesanato indígena de Mato Grosso do Sul.

A oficina pretende ainda resgatar os ofícios tradicionais, transformando-os em possibilidade de geração de trabalho e renda na comunidade nas diversas áreas necessárias à produção de peças artesanais.

Artesania

Desenvolvido em 2007 pelo governo do Estado, o projeto Artesania visa ao fortalecimento do artesanato produzido em Mato Grosso do Sul. Prevê investimentos na capacitação de artesãos e no incentivo à criação de núcleos artesanais, gerando emprego e renda para milhares de famílias e difundindo no Brasil e internacionalmente os produtos artesanais sul-mato-grossenses.

O programa aproveita as vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora por meio da preparação para o mercado competitivo.

Serviço

Para outras informações sobre os projetos da área do artesanato da Fundação de Cultura basta entrar em contato com a Gerência de Desenvolvimento de Atividades Artesanais através dos telefones 3316-9107, 9152 ou 9333.

Agricultores quilombolas ganham reforço no processo produtivo

SÍTIO CIF , 4.11.2013

Famílias remanescentes de quilombos de todo o Brasil terão, a partir dessa sexta-feira (1º), mais um parceiro na emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)



Agora, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) faz parte da lista de órgãos emissores da DAP para esse público. O documento é um instrumento de identificação do agricultor familiar e permite que ele acesse as políticas públicas do Governo Federal.

Os sindicatos de trabalhadores rurais e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) já faziam esse trabalho junto às famílias quilombolas. A estimativa é que existam mais de 200 mil famílias quilombolas em todo o País – dessas, aproximadamente 37 mil possuem DAP. A expectativa é que esse número seja universalizado.

“Temos a perspectiva de ampliar o número de famílias beneficiadas dentro de um processo de fortalecimento da organização das comunidades, de inclusão no processo produtivo, de fortalecimento do processo de soberania e segurança alimentar e nutricional.

A entrada do Incra tende a reforçar esse esforço do Governo Federal para assegurar que as famílias quilombolas cheguem às políticas públicas”, afirma o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

Para que a família possa ter sua Declaração, é necessário, segundo a Portaria nº 90, de 31 de outubro de 2013, que ela tenha sido certificada pela Fundação Cultural Palmares, importante parceira nesse processo. Essa portaria corrige a de número 102, de dezembro de 2012, que não especificava como beneficiado o público quilombola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 199/ 2013

Brasília, 4 de novembro de 2013.

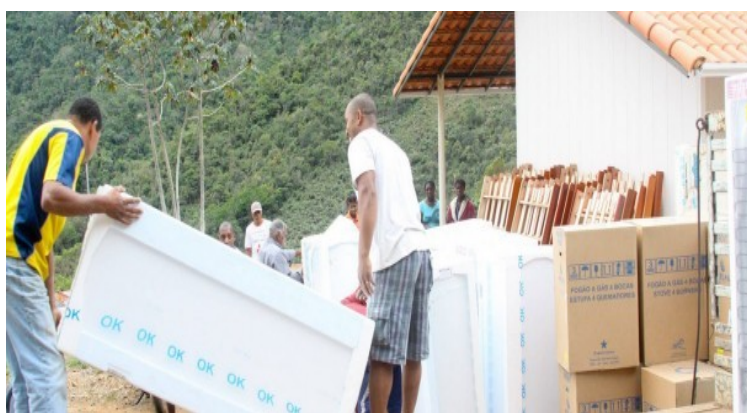
Edmilton acrescenta, ainda, que o MDA fará mutirões específicos em que as famílias remanescentes terão a oportunidade de retirar a DAP. "O Governo vem fazendo uma série de ações para universalizar esse importante instrumento e o Incra só vem somar a esse esforço", diz.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a Fundação Cultural Palmares são parceiros do MDA e Incra nessa ação. Dentre as políticas públicas que os quilombolas poderão acessar com a DAP, estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e serviços de Ater.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Moradias do Quilombo da Tapera são entregues

SÍTIO ACONTECE EM PETRÓPOLIS, 4.11.2013



A construção das 13 moradias do Quilombo da Tapera, no Vale da Boa Esperança, foi concluída. As famílias já estão no novo lar e receberam 13 kits contendo eletrodomésticos (televisão, geladeira e fogão), móveis, colchões e painéis.

A região também recebeu melhorias de infraestrutura, com obras no acesso ao quilombo, instalação de luz elétrica e água encanada. As próximas ações na região serão a construção de uma quadra esportiva e a revitalização da capela construída há mais de 100 anos. "Junto com a comunidade vamos recuperar a igrejinha e quem sabe realizar aqui, uma vez por mês, uma missa. Vamos também construir uma quadra para a criançada. São projetos que serão desenvolvidos a partir de agora, junto com a comunidade", ressaltou o secretário de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, Jorge Maia.

As famílias do Quilombo da Tapera são descendentes de escravos da antiga Fazenda Santo Antônio e a comunidade, que existe há mais de 100 anos, foi uma das atingidas pela tragédia ocorrida no Vale do Cuiabá, em janeiro de 2011. As obras de construção das casas, só foram iniciadas em novembro do ano passado, porém, apesar de se tratarem de unidades pré-moldadas, depois de seis meses, a empresa contratada pelo governo anterior ainda não havia concluído trabalho e acabou tendo o contrato rescindido pela Comdep. Em julho, a prefeitura reiniciou a obra e concluiu a construção das casas dentro do prazo estipulado de 90 dias.